

Ana Carolina Moreira Ayres

*O CICLO DA CAAPORA:  
UMA HISTÓRIA DA RELAÇÃO ENTRE A RMSP E O  
PARQUE ESTADUAL DA CANTAREIRA (1963-2005)*

Departamento de Estudos Pós-  
Graduados em História da PUC-SP

São Paulo  
2006

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Ana Carolina Moreira Ayres

*O CICLO DA CAAPORA:  
UMA HISTÓRIA DA RELAÇÃO ENTRE A RMSP E O  
PARQUE ESTADUAL DA CANTAREIRA (1963-2005)*

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em História, sob a orientação do Prof., Doutor Maurício Broinizi Pereira.

São Paulo  
2006

---

---

---

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação/tese por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

**Assinatura:**\_\_\_\_\_ **Local e Data:**\_\_\_\_\_

## Resumo

A relação entre políticas desenvolvimentistas e políticas ambientais brasileiras se configura através de conflitos e sobreposições ao longo dos anos. A idéia de que "só preserva aquele que destrói" constitui o eixo analítico deste trabalho.

Verificar as mudanças da legislação ambiental brasileira sobre unidades de conservação, em especial do Estado de São Paulo, consiste em indicar as transformações de consciência ambiental intra e extra governamentais. A análise das relações que são estabelecidas entre a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e o Parque Estadual da Cantareira, entre os anos de 1963 e 2005, são a base para o estudo.

As pressões que o Parque Estadual da Cantareira sofre, ocasionadas pelo crescimento das cidades circunvizinhas, nos apontam que políticas ambientais devem sair do papel. Apesar de haver sobreposições legais por interesses, na maioria das vezes, econômicos, o Parque não diminuiu sua área de conservação.

A relação entre o desenvolvimento econômico das cidades da RMSP (maior pólo econômico do país) e a conservação de remanescente de Mata Atlântica (maior floresta urbana do mundo) se caracteriza por conflitos e negociações entre comunidade civil, ongs e governo.

## **Abstract**

The relation between development and environment politics in Brazil is seen as conflictuous and overlaid throughout the years.

To verify the changes of the Brazilian environmental regulations about conservation units, especially in the State of São Paulo, consists to indicate the transformations of environmental conscient inside and outside government. To the study, the analysis of the relations established between the metropolitan region of São Paulo and the Cantareira State Park, from the year 1963 and 2005.

The pressures suffered by the Park caused by the growth of the neighbor cities show that the environment politics must become reality. Although there are legal impositions, mostly because of economic issues, the Park did not lose conserved areas.

The relations between the economic development of the metropolitan region of São Paulo (biggest economic center of the country) and the conservation of the Atlantic Rain Forest (biggest urban forest of the world) characterizes itself by relations among civil society, non-governmental organizations and government.

*E assim escrevo, querendo sentir a natureza, nem  
sequer como um homem,  
Mas como quem sente a Natureza, e nada mais.  
E assim escrevo, ora bem ora mal,  
Ora acertando com o que quero dizer ora errando,  
Caindo aqui, levantando-me acolá,  
Mas indo sempre no meu caminho como um cego teimoso.*

Alberto Caeiro



## **Índice**

**Agradecimentos, 4**

**Aos Guardiões da Floresta, 7**

**Introdução ou Uma Semente Atirada, 9**

### **Capítulo I**

**A Serra dos Cântaros, 32**

1 - Caminho de Ferro, 34

2 - Caminho das Águas, 36

3 - A Borda da Montanha, 41

4 - A Burocracia Esverdeada e as Doenças Cinzas, 44

5 - Contrastes Urbanos, 54

### **Capítulo II**

**Entre Folhas, 62**

1 - Folharada, 63

### **Capítulo III**

**A Semente que não Cabe em Si, 102**

1 - Habitat, 110

2 - Artérias Asfálticas, 117

3 - Enxurrada, 129

4 - Contraponto, 133

**Conclusões Finais, 140**

### **Fontes e Bibliografia**

Fontes, 144

Bibliografia, 146

## Agradecimentos

*As coisas estão no mundo  
só que eu preciso aprender.*

Paulinho da Viola

Tantas pessoas, tantas gentes. Tantos encontros, tantos lugares. Tudo registrado no plural. E assim, com um "s" no fim, que agradeço a todos que estiveram ao meu lado nesse momento tão importante da minha vida. Uma etapa de crescimento intelectual e de crescimento como ser humano. E isso pelo simples fato de aprender. Aprender teoricamente. Aprender praticamente. Aprender com os livros. Aprender com as pessoas. Cada uma delas tem seu papel fundamental nesse processo.

Obrigados. Meus agradecimentos.

As coisas precisam ter um começo. E é agradecendo imensamente meu orientador Maurício Broinizi Pereira pela parceria, pela seriedade e competência na orientação e pela amizade sincera que inicio.

Minha família, sempre presente nos momentos de serenidade e surto. Ao meu filho Luan, por entender a importância de se estudar, pelos passeios tão agradáveis no Parque e por existir. Agradeço minha mãe Dora e minha irmã Andréa pelo apoio incondicional. Ao meu pai Juca pela ajuda constante e pelo incentivo ao estudo. E ao meu irmão Tuco

pelas risadas.

Ao Marco Nalon, pelo ajuda na geração desta cria e em todo o processo de desenvolvimento.

Aos meus amigos tão queridos e infames. Deborah, Marcelo, Maurício e Cíntia. Pelas viagens psicodélicas, pelos trabalhos tão agradáveis de uma tal semana, pelas noites de leitura da obra tão conhecida pelo Barão de Itararé. Debrinha, sem palavras. Marcelo, Zarzu, E.T., Lelobato. Tantos por tantas ajudas.

À Diego Nardo, pela amizade, carinho e incentivo à pesquisa. Por saber a importância do estudo mostra-se grandioso e generoso. Meu patrocinador.

Aos amigos da graduação, tantos também. Todos por me apoiarem nos meus primeiros devaneios e pelo interesse constante ao longo da pesquisa.

Aos muitos amigos do mestrado, que nos momentos de terapia em grupo, no bar, me fizeram ter força para seguir.

Aos amigos do meio do percurso. Que me trouxeram música e amizade sincera. Quatro deles com especial carinho: Binho, pelo companheirismo. Luciano, pelas serenatas virtuais. Caio, rudá, pela amizade verdadeira. Rubi, por me encantar com sua voz e seu amor nas tormentas.

Outros dois, de essencial importância: Bel e Fernando. Pela amizade, interesse, disponibilidade e enorme ajuda na reta final. Pauleira e carinho.

À Aziz Ab'Saber e Reinaldo Correia da Costa pelas

reuniões no início da pesquisa.

À Márcia Leite e Fernando Déscio, pela ajuda e disponibilidade para pesquisa. À Régis Guillaumon pelo material.

Aos professores do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, pelas aulas e, muitos deles, pelo interesse. E aos funcionários da PUC-SP.

Aos funcionários do Instituto Florestal e Parque Estadual da Cantareira por disponibilizar material.

À João Krüguer pela leitura atenta e pelas indicações valiosas na qualificação.

À Janes Jorge pela leitura e apontamentos na qualificação e pela disponibilidade na defesa.

À Denise Bernuzzi Santana por aceitar o convite para a defesa desta dissertação.

Ao Programa de estudos Pós-Graduados em História. À CNPQ pelo incentivo e financiamento.

## Aos Guardiões da Floresta



Caapora

Peço permissão à entidade suprema de proteção das florestas, o Curupira, para escrever sobre tais matas paulistas. E à Caamanha, mãe-do-mato, força.

Falo-te Curupira, desde já, para não haver estranhamento, que sou Caapora da cidade. Sou habitante do mato numa selva de concreto armado. Sou, como tu, guardiã da floresta e com meu palavreado quero manter o verde de pé e os passarinhos cantarolando. Romantismo parece. Mas, é sobrevivência. Dos bicho-de-duas-pernas e dos bicho-do-mato.

Caapora, cabloquinho brabo, proteja estas palavras, pois bicho-home só com palavreado. A mata imensa, não. Mas,

dá trabalho.

Oxóssi, Rei da floresta. Oçanhe, Rei das folhas. Sejam guias para árdua tarefa de preservar um tantinho de verde num tantão de cinza.

E que esse trabalho seja uma semente fértil nesse solo tão rico. Que cresça e dê bons frutos.

Cantareira, serra dos cântaros, deixe escorrer água cristalina. Sobre ventos puros. Invente um balé com seu imenso arboreto. Crie um jeito novo de relação com o concreto.

E assim vai. Trabalho, trabalheira. Inspiração. Paixão. E Caantareira.

## Introdução

### ou Uma Semente Atirada

*Certos homens plantam  
hortaliças para colher no  
dia seguinte; outros lançam  
à terra sementes de  
carvalho para usufruírem no  
futuro. Aqueles trabalham  
para eles mesmos, e estes  
trabalham para o proveito  
do gênero humano.*

Rui Barbosa

No começo era uma árvore. O pau-brasil. Primeiro ciclo econômico brasileiro e primeiro apontamento de extermínio da Mata Atlântica brasileira. Mata Atlântica por pura logística.

Depois veio o desmatamento progressivo por motivos óbvios de quase extinção de uma espécie nativa. A cana-de-açúcar trouxe o crescimento das cidades e o aumento do desmatamento no Brasil interior.

Caminhando pro sertão tupiniquim, o tão procurado ouro, que causou danos irreversíveis ao solo de enormes glebas de terras brasileiras e já a constatação dos primeiros casos de problemas de saúde pela poluição.

Com as cidades estabelecidas e o olhar do investidor na imensidão do país, o café foi a semente da vez. Uma única semente substituindo uma infinidade de outras. O exótico tomando o lugar do nativo.

Com o quase esgotamento dos recursos naturais

próximos à costa brasileira, a logística passa a ser substituída pela tecnologia. A borracha na Amazônia brilha como preciosidade aos olhos de muitos. Porém, após anos de exploração desordenada, uma nova idéia se instaura. O Manejo que, aos poucos, substitui a exploração agressiva dos recursos naturais brasileiros. Exemplo disso, é a conquista de ambientalistas no Acre, como o seringueiro Chico Mendes, que obtiveram vitória inédita até então no Brasil, de integração entre conservação e desenvolvimento.

Será que um novo ciclo está sendo criado? O ciclo da caapora? Habitantes do mato que moram nas cidades, que guardam os recursos naturais com unhas e dentes e que tentam, como Mendes, integrar desenvolvimento e conservação?

O mercado se rende a este movimento, criando valores e mercadorias com apelos ambientais. Mas, como veremos, a convivência entre os modelos de desenvolvimento econômico e as políticas ambientais brasileiras não é tão harmônica assim.

Pelo questionamento desses modelos é que os estudos históricos sobre temas relacionados ao meio ambiente se mostram extremamente necessários nos tempos atuais. Ao verificarmos o avanço de uma idéia de desenvolvimento desenfreado que se utiliza de matérias-primas escassas ou findáveis, notamos que a problematização desse processo histórico tem valor notório.



Segundo o geógrafo Aziz Ab'Saber, "a história de São Paulo é saltar de colina em colina". Este trabalho pretende analisar a relação da Região Metropolitana de São Paulo com uma de suas colinas: a Cantareira.<sup>1</sup>

Consideramos a presente pesquisa, que versa sobre a relação entre o Parque Estadual da Cantareira (PEC) e a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), entre os anos de 1963 e 2005, necessária, pois abrange problemáticas advindas da relação entre o ambiente construído e o ambiente natural.

*Por "meio ambiente" se entende um habitat socialmente criado, configurado enquanto um meio físico modificado pela ação humana. Parte-se do pressuposto de que a percepção da questão ambiental, como qualquer outra em geral, é uma resultante não só do impacto objetivo das condições reais sobre os indivíduos, mas também da maneira como sua interferência social e valores culturais agem na vivência dos impactos. O modelo de desenvolvimento que caracteriza a nossa civilização nos dois últimos séculos conduz irremediavelmente à situação de degradação ambiental atual nas nossas cidades. O equilíbrio do meio natural sofre grandes mudanças e de uma força quase insensível o ser humano, sem deixar de ser um elemento do meio natural, transforma-se num fator determinante do mesmo, do qual depende crescentemente o funcionamento da maioria dos ecossistemas e inclusive sua conservação. (Jacobi, 1999:14)*

---

1 Paulicéia em Debate - Arquitetura, 16/02/04, Universidade Mackenzie.

Dentre as problemáticas da relação acima comentadas, destacam-se a importância do Parque Estadual da Cantareira no contexto da cidade, a criação de políticas públicas direcionadas a ele e às Unidades de Conservação (UC), as relações estabelecidas sobre a paradoxal relação entre desenvolvimento e conservação da cidade, os movimentos sociais advindos dessas ações, entre outros pontos.

O eixo central deste estudo, portanto, está na idéia de que só preserva aquele que destrói. A mudança de consciência e atitude ambiental é percebida quando, aos poucos, deixamos de acreditar na noção de desenvolvimento a qualquer custo e passamos a atentar para a idéia de conservação a todo custo.

A relação entre uma ideologia de crescimento acelerado no passado do Brasil; o presente, que cria necessidades e, a todo instante, é legitimado pela caracterização da economia brasileira como emergente; e o futuro incerto, nas várias profundidades de tempo, que está fadado a esculpir o colapso dos sistemas naturais, já verificados pela tradição de ideologias imediatistas construídas ao longo tempo, são objetos de estudo das ciências humanas.

Para viabilizar um estudo lúcido e compatível com o tempo disponível para a pesquisa do mestrado, o recorte específico de temporalidade e espacialidade do objeto foi

inevitável. Porém, a dificuldade para tal foi tamanha. Isto pelo fato de haver tantos e tantos temas possíveis para estudos interessantes e pela raridade considerável de pesquisas históricas neste campo. Se, por um lado, a escassa historiografia ambiental motiva novos trabalhos, geralmente inéditos, por outro, dificulta o andamento da pesquisa, exigindo um árduo trabalho para se encontrar novas fronteiras metodológicas e teóricas.

Este trabalho, no entanto, percorreu caminhos claramente transversais. Primeiro, pelo fato de se tratar de uma análise de políticas públicas na área de meio ambiente. Como sabemos, temas ambientais dão margem a pesquisas essencialmente interdisciplinares. Isto porque não se pode estudar o meio ambiente sem levarmos em conta a interdisciplinaridade que a temática exige. E não nos referimos apenas às discussões e estudos acadêmicos, mas também às diversas instituições que têm uma preocupação político-social.

Outro ponto importante desta pesquisa é atentar para o fato de que tratamos aqui da história recente. Os limites e as possibilidades que distinguem a História, a Geografia, a Sociologia e a Antropologia, por exemplo, são tênues. Mas a questão crucial que difere a História das demais áreas é justamente a obviedade metodológica de esta manusear claramente o tempo histórico, ou seja, de abordar a história como processo.

O recorte do trabalho, já apresentado anteriormente, nos permitiu compartimentar a temática a partir da seguinte estrutura: no Capítulo 1, principiámos a discussão geral do objeto de estudo, ou seja, o Parque Estadual da Cantareira (PEC) e suas relações diversas, estabelecidas em várias instâncias, com a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Um panorama histórico geral é indispensável para inserir o leitor no contexto ambiental e histórico dessa Unidade de Conservação (UC).

O levantamento e a análise de políticas públicas brasileiras sobre unidades de conservação são a base para o desenvolvimento do segundo capítulo. Este ponto de partida é seguido por especificidades como a atenção dispensada às categorias de UCs: Parques Estaduais e Reservas Florestais. O estudo abrange a legislação ambiental entre o ano de 1934 e 2000, ou seja, do primeiro Código Florestal ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

A análise desenvolvida no Capítulo III situa-se no cenário paradoxal do incentivo ao desenvolvimento e, ao mesmo momento, o da contenção do avanço da destruição da natureza.

Partimos de exemplos concretos como a construção de rodovias no perímetro da Unidade de Conservação, a crescente especulação imobiliária na região, a crise no abastecimento de água e, por outro lado, os licenciamentos ambientais, os movimentos civis e a execução das leis

ambientais.

As relações envolvendo a sociedade civil, o terceiro setor e o governo no tocante às propostas e ações direcionadas ao parque estarão presentes em todos capítulos desta dissertação. São, pois, relações em várias instancias: entre, através, com e sobre a UC.

O recorte temporal, no entanto, delimita os anos de 1963, representando o ano do "mito fundador" do parque, e de 2005, ano de finalização desta pesquisa. Mas, notemos que outras datas são trazidas para a discussão, ainda que somente pontuadas e não aprofundadas.

A observação de mudanças consideráveis no processo histórico justifica o recorte selecionado. A análise das políticas públicas relacionadas à questão ambiental, a relação conflituosa entre desenvolvimento e conservação ambiental e a movimentação de setores diversos da sociedade em prol de uma melhor qualidade ambiental são problemas analisados nesta dissertação.

O trabalho do historiador pode percorrer inúmeros campos de atuação. Um deles é, sem dúvida, a História Ambiental. Isso porque a História trabalha com a abstração (tempo) e como esta de fato se materializa na experiência social. Ou seja, como o homem (em seu sentido mais amplo e genérico) se transforma e transforma seu meio, e vice-versa.

Definida a problemática da forma como fizemos, a

questão que se segue é: existe uma História Ambiental brasileira?

Esta é uma pergunta que os historiadores que discutem temas relativos ao meio ambiente estão se fazendo. A nova área da História tem como base a análise das relações entre sociedade e meio ambiente ou entre homem e natureza, partindo, na maioria dos casos, da realidade local e ampliando para um olhar global da situação ambiental.

No entanto, o que podemos verificar é que, no caso brasileiro, duas correntes estão sendo estruturadas, mas dentro de uma mesma área: a História Ambiental.<sup>2</sup> A primeira analisa os discursos ou relatos de viajantes sobre suas visões da natureza, que vão do século XVI ao XX. Esses discursos, muitas vezes, são utilizados para evocar a noção de identidade nacional através de um denominador comum: a natureza.

A segunda tendência é a análise de questões relativas à paradoxal relação entre desenvolvimento e conservação do meio ambiente. O questionamento de conceitos construídos na história e a formulação de novos conceitos são a força motriz para estes estudos históricos.

Estas análises partem da contemporaneidade e o historiador pode e deve ser um agente questionador das

---

<sup>2</sup> História Ambiental é também denominada História Ecológica, História Natural, História Florestal, História e Meio Ambiente, entre outras terminologias. Isto ocorre justamente por esta área estar em plena fase de estruturação, na qual as discussões se iniciam.

políticas adotadas, problematizando os modelos de desenvolvimento socioeconômico estruturados a partir do paradigma produtivista-consumista, que mantém, historicamente, uma visão predominantemente instrumental em relação à natureza. Mas, deve também considerar os saberes tradicionais que outras culturas estabelecem em relação ao meio ambiente.<sup>3</sup>

A conservação da biodiversidade pode ser compreendida em várias perspectivas: a de preservação de uma herança paisagística e estética; a de preservação de banco genético; a de preservação da vida; a de amenização da poluição; entre muitos outros.

O que percebemos, contudo, é que os motivos se movimentam de acordo com interesses e experiências ao longo dos anos. Neste trabalho, fica clara a afirmação. Entre 1934 e 2005, os argumentos para a conservação da biodiversidade são, aparentemente, opostos.

Por um lado, há o argumento estético, submetido ao desenvolvimento econômico emergente e, do outro, o da preservação de bancos genéticos, acordados pela tecnologia científica, com toques de valores morais, ou seja, a conservação para gerações futuras. Mas um eixo, até hoje, movimenta a discussão: a economia. E é por essa base que se move a maioria das ações em torno da questão. O

---

3 Parte da ementa do Grupo de Trabalho de História Ambiental da Semana de História da PUC-SP, elaborado pelo Prof. Dr. Maurício Broinizi Pereira e pela pesquisadora que desenvolve esta pesquisa.

historiador, como foi dito antes, deve percorrer este caminho: o de questionador.

Podemos verificar a tendência da historiografia ambiental brasileira de construir uma área autônoma, mas com elementos assimilados das historiografias norte-americana (da década de 70) e francesa (da década de 30) já estruturadas. Além dessas duas bases teóricas e metodológicas, estabelece-se um forte vínculo com a historiografia latino-americana<sup>4</sup> (da década de 70), que se estrutura concomitantemente à historiografia ambiental brasileira por motivos óbvios de espacialidade e experiências compartilhadas.

A historiografia ambiental norte-americana tem como primeiro questionador o conservacionista e biólogo Aldo Leopold, que reivindicou uma "interpretação ecológica da história", na qual pretendia explicar a história através da ecologia (Cf. Worster, 2003). A natureza, neste caso, é determinante e esta interpretação se torna perigosa, pois já constrói sua hipótese com a resposta, tornando-se, assim, um discurso do determinismo ecológico.

Interpretar as fontes para entendermos a atualidade ecológica pode ser o caminho brasileiro, como em outras vertentes da historiografia que não a ambiental. A análise

---

4 É importante diferenciar a História Ambiental Latino-Americana, que é pensada e estruturada por pesquisadores latino-americanos sobre temas relativos a América Latina, da História Ambiental da América Latina, que não necessariamente foi produzida por pesquisadores latino-americanos.



das experiências humanas em torno e em relação ao ambiente se torna necessária, pois aponta conflitos, interesses e articulações em torno de causas, indicando perspectivas para o futuro do planeta.

O historiador Donald Worster<sup>5</sup> aponta três tendências para a abordagem histórica do meio ambiente: o estudo da natureza, sendo descartado o papel antrópico na sua transformação; o enfoque tecnológico, no qual são analisados os instrumentos de transformação da natureza, integrando o homem e o meio; e, por último, a análise da representação da natureza através do imaginário de diferentes sociedades e temporalidades, focando, em primeiro plano, a experiência humana e, como pano de fundo, a natureza como paisagem.

Para o autor, a segunda tendência é a mais deficitária de estudos e a que possibilita uma abordagem mais aproximada da complexidade dos temas ambientais. Aborda, portanto, o papel da agricultura na transformação do meio natural. Para ele, a história ambiental

*... lida com o papel e o lugar da natureza na vida humana. Ela estuda todas as interações que as sociedades do passado tiveram com o mundo não humano, o mundo que não criamos em nenhum sentido primário. (Worster, 2003)*

---

5 Professor de História Americana da Universidade de Kansas é considerado um dos fundadores da História Ambiental.

Contudo, esta abordagem é parcial. Estudar a relação entre sociedade e natureza é pensar em todas as implicações que isso pode ter: representação da natureza no passado, mudanças ambientais através da história comparativa ou na história recente, na qual a natureza é objeto central de discussões e ações, ocasionando políticas públicas nas articulações e experiências humanas, ou seja, o questionamento do presente.

Na França, a análise tem como foco central o homem e sua relação com o mundo natural. O ponto de partida é a Geografia Histórica, pensada e estruturada pela Escola dos Annales, nos anos 30. Esta tende a trabalhar com conceitos geográficos como o de *paisagem*, que é analisado por meio da noção de longa duração e tendo como fim uma leitura da paisagem e da sociedade que interage com este espaço. A História Rural e, mais tarde, a história dos movimentos camponeses partem deste ponto comum.

Para Guillermo Castro Herrera, professor da Universidad de Panamá, a historiografia ambiental latino-americana tenta moldar seu espaço nas discussões ambientais acadêmicas partindo de suas próprias experiências, mas enfrenta a dificuldade de angariar investimentos para pesquisas, sendo estas financiadas por instituições que se importam basicamente com problemas estruturais e que não pretendem construir uma tradição de análise mais profunda e detalhada do processo de destruição da natureza. Isso

ocorre pelo fato de essas instituições geralmente darem importância a questões ambientais partindo das necessidades criadas pelas injunções econômicas.

Nas palavras de Herrera:

*Na ausência de uma demanda cultural interna por uma abordagem histórica dos problemas ambientais da América Latina, a história ambiental nessa região tem sido desenvolvida pelo uso de oportunidades criadas por instituições financeiras e econômicas internacionais que tendem a enfatizar o estrutural sobre o temporal em suas análises dos problemas. Duas fontes principais para essa abordagem histórica predominam nesse contexto: primeiramente, uma tradição de denúncia e crítica a expropriação das fontes naturais da região por corporações do mundo do Atlântico Norte; outra consiste no tradicional interesse de nossas instituições acadêmicas pela geografia histórica e pela história social e cultural. É importante notar que a história ambiental na referida região tende a ser estruturada pelo sistema acadêmico norte-atlântico. Este já produziu resultados valiosos. Entretanto, uma articulação externa, emergindo de nossa fraqueza, e não de nossa força, pode até produzir um grande atraso na construção de visões sobre nós mesmos: a importação de problemas e alternativas construídas das visões dos outros, a fragmentação de nosso campo de estudos - no espaço e também no tempo -, e a perda do verdadeiro, útil contato entre este novo campo de conhecimento e os outros nos quais a América Latina já obteve resultados de grande valor, como na história política, econômica, social e cultural. (Herrera, 2002: 33-34)*

A historiografia ambiental latino-americana estrutura-se, desde o final da década de 70, por meio de um crescente interesse por problemas ambientais ocorridos nesse espaço cultural, juntamente com a preocupação de organizações de desenvolvimento internacionais, por intermédio de instituições acadêmicas da América Latina de analisar historicamente os problemas advindos da relação entre desenvolvimento e preservação da natureza.<sup>6</sup> (Cf. Herrera, 2002:35)

Neste sentido, há uma tendência dos estudos latino-americanos de perspectiva histórica de se concentrar em uma tradição de denúncia e crítica à pilhagem do trabalho e dos recursos naturais da região por grandes corporações do hemisfério norte. Uma segunda tendência situa-se na tradição acadêmica da Geografia Histórica, em que são analisados autores clássicos na formação da cultura latino-americana, entre os séculos XVI e XIX, como Euclides da Cunha e Jose Martí, e suas representações da natureza para a construção de uma imagem da natureza como paisagem e como identidade cultural da América Latina, tendência já mencionada anteriormente.

A História Ambiental brasileira tenta se firmar como uma nova área, trilhando seus próprios caminhos, mas

---

6 O historiador Guilherme Castro Herrera cita uma lista de algumas obras produzidas pela historiografia ambiental latino-americana desde 1970 até 1999. Ele aponta, ainda, a desconexão e a dispersão das informações produzidas pelas comunidades intelectuais envolvidas, tanto no que se refere ao espaço quanto ao tempo desta produção.

tendo como ponto de partida as historiografias ambientais mais estruturadas, acima discutidas. O maior desafio é entender a realidade ambiental brasileira e aplicar modelos próprios para analisá-la. A pergunta a ser feita é: Como o historiador pensa o meio ambiente?

A partir da idéia de que "só preserva quem destrói", este trabalho tem como proposta refletir sobre o que foi preservado e o esforço para preservar o que ainda resta de biodiversidade em território brasileiro. A História Ambiental possibilita o entendimento das estruturas políticas que encontramos no passado e que seguem hoje, em algumas instâncias, inalteradas.

Por ser um tema transversal, quando tratamos de meio ambiente, o diálogo com outras áreas do saber é essencial. A Sociologia e a Antropologia também são áreas que já iniciaram suas discussões metodológicas no tocante às problemáticas ambientais.

O papel da Universidade na discussão teórica e prática de temas ambientais é o de construir novos conceitos. A academia deve propor novas formas de tratar a relação homem-natureza. Além disso, o meio ambiente não deve ser tratado exclusivamente pelas ciências naturais, pois o meio sofre intervenções antrópicas constantes, não sendo um fenômeno exclusivamente natural.

Partindo das discussões ambientais da Geografia, temos uma aproximação dos problemas da atualidade, mas é

necessário observar a diferença da abordagem metodológica, na qual se parte da observação da natureza e da análise de índices pré-estabelecidos que constroem mapas estáticos (sem uma maior profundidade em determinantes culturais, econômicas ou políticas, por exemplo). A diferença básica de abordagem metodológica entre os historiadores e geógrafos é o ponto de partida. De um lado, os historiadores partem de registros das *experiências* antrópicas sobre o meio natural e as relações que se estruturam em torno deste meio ao longo do tempo. De outro, os geógrafos partem da *observação de índices* relativos ao meio natural e de dados obtidos das interferências da relação entre sociedade e natureza.

As duas áreas, porém, discutem a relação espaço-tempo. A primeira problematiza as mudanças e as permanências do espaço no decorrer dos anos e promove a análise comparativa de um mesmo tempo em diferentes espaços, sempre a partir das experiências humanas. A segunda parte da metodologia de observação desta mesma relação, mas nesta nem sempre a experiência humana é determinante. Em muitos casos, são estudos comparativos, mas com metodologias distintas.

A relação entre tempo e espaço nos estudos das ciências humanas é brevemente discutido por Michael Foucault no capítulo X da *Microfísica do Poder* (2002), intitulado "Sobre a Geografia". Ele nos mostra que o

espaço, assim como o tempo, é uma representação abstrata e que muda conforme os domínios de poder construídos. Nas palavras do autor:

*A utilização de termos espaciais tem um quê de anti-história para todos os que confundem a história com as velhas formas da evolução, da continuidade viva, do desenvolvimento orgânico, do progresso da consciência ou do projeto da existência. Se alguém falasse em termos de espaço, é porque era contra o tempo. É porque 'negava a história', como diziam os tolos, é porque era 'tecnocrata'. Eles não compreendem que, na demarcação das implantações, das delimitações, dos recortes de objetos, das classificações, das organizações de domínios, o que se fazia aflorar eram processos - históricos certamente - de poder. A descrição espacializante dos fatos discursivos desemboca na análise dos efeitos de poder que lhe estão ligados. (Foucault, 2002:158)*

Portanto, como se depreende do que foi dito acima, a noção espacial tem uma importância crucial nos estudos históricos. A relação entre tempo e espaço exerce papel motriz no campo da História.

Contudo, o historiador deve ter o cuidado de manter uma metodologia própria, analisando as experiências e articulações de segmentos sociais nas tomadas de decisão. Também deve ficar atento para a tênue fronteira entre as disciplinas das ciências humanas, principalmente quando o foco da pesquisa estiver calcado na história imediata, ao

verificarmos as proximidades dos objetos e a diversidade de abordagens metodológicas, que são particulares de cada área.

*É tempo de pensarmos um pouco a respeito do modo como compreendemos os fenômenos naturais. É inevitável ao homem uma interpretação desses fenômenos carregada de valores vinculados à história e à cultura. Reconhecer e preservar essas relações de cooperação pode indicar um amadurecimento da sociedade no sentido de uma atitude menos predatória e de uma consciência mais aguda da necessidade de proteger e recuperar o ambiente.<sup>7</sup>*

Neste sentido, a análise sobre a relação entre natureza e cultura é percebida e indicada por Thomas (1988), ao nos chamar a atenção para a forma de como o homem racionalizou e questionou o predomínio sobre a natureza, como um tema vasto e inquietante que tem muito a oferecer aos historiadores. Ele afirma que é impossível desvincular o que as pessoas pensavam no passado sobre as plantas e os animais daquilo que elas pensavam sobre si mesmas. Portanto, a natureza se converte em cultura a partir da relação homem-natureza.

*Como poderia ter progredido a civilização sem a limpeza das florestas, o cultivo do solo e a conservação da paisagem agreste em terra colonizada*

---

7 SÃO PAULO (Estado). Parque Estadual da Cantareira: Informações Gerais para Reportagens e Pesquisas. SP:SEMA/IF



*pelo homem? Os reis e grandes proprietários de terras podiam reservar florestas e parques para caça e extração de madeira, mas na Inglaterra Tudor a preservação artificial dos cumes incultos teria parecido tão absurdo como a criação de santuários para pássaros e animais selvagens que não podiam ser comidos ou caçados. A tarefa do homem, nas palavras do Gênesis (I,28), era "encher a terra e submetê-la": derrubar matas, lavrar o solo, eliminar predadores, matar insetos nocivos, arrancar fetos, drenar pântanos. A agricultura estava para a terra como o cozimento para a carne crua. Convertia natureza em cultura. Terra não cultivada significava homem inculto. (Thomas,2001:17)*

Apesar de Thomas discutir a relação entre cultura e natureza, não tinha, de modo algum, a intenção de fazer de seu livro uma base para os posteriores estudos sobre meio ambiente. O autor é bastante enfático e claro ao dizer que a proposta do livro não era discutir os assuntos emergentes na época de sua publicação, a década de 80, sobre as questões ambientais mundiais.

*Lamento dizer que tento ser racional de um modo um tanto quanto maçante e nada excitante! Não sou nem um pouco dado a gostos fantasmagóricos, e seguramente não estava me sentindo particularmente "verde" quando escrevi O Homem e o Mundo Natural ! Assim, suponho não ser muito mais sensível aos problemas do meio ambiente do que a maioria das pessoas.<sup>8</sup>*

---

8 Palhares-Burke, Maria Lúcia G. *As Muitas Faces da História: nove entrevistas*. SP: Ed. Unesp, 2000. pg.141

Entretanto, os estudos de Thomas compreendem temas sobre a relação entre sociedade e meio ambiente. Para ele

*Apesar de não ter sido uma opção consciente e não ter um interesse pessoal no assunto, ironicamente meu livro acabou refletindo as preocupações da época. Não estava tentando apostar no que seria a moda dos anos 80 mas, simplesmente, pensar em que assunto, afinal de contas, eu teria algo de novo a dizer! (Palhares-Burke, 2000: 142)*

A obra *O Homem e o Mundo Natural* (2001) nos insere numa discussão interessante sobre a constante relação do homem com a natureza. Ao analisar a mudança de sensibilidade da sociedade - no caso a europeia, em especial, a britânica - com relação ao meio natural na qual está inserida e que dialoga cotidianamente através de aspectos pictóricos, religiosos, econômicos, políticos, científicos e morais, aponta-nos para a relação entre natureza e cultura.

Partindo desta idéia, uma das funções do historiador está na possibilidade de análise das circunstâncias e mecanismos pelos quais o homem transformou e habitou os espaços ao longo do tempo.

A intenção para importância da análise histórica das experiências antrópicas sobre a natureza e, sobretudo, do estudo da história ambiental através de uma perspectiva

inovadora, na qual se coloca em foco o passado recente ou o presente, transporta a discussão do passado para uma perspectiva do futuro. No entanto, temos de atentar para a idéia de que o futuro tem várias profundidades de tempo. Então, a História como mecanismo para o debate dos reais problemas do porvir rompe tradições acadêmicas ao passo que se estruturam novas abordagens metodológicas.

Warren Dean, em seu estudo pioneiro sobre questões referentes à relação entre sociedade e natureza no tempo, inicia-nos nas discussões atuais sobre os problemas ambientais decorrentes do processo histórico baseado numa idéia de desenvolvimento a qualquer custo.

O autor - norte-americano de nascimento, brasileiro de coração e brasilianista de formação - abarcou, de maneira ambiciosa, os estudos sobre a devastação da Mata Atlântica brasileira. A grandiosidade da obra *A Ferro e Fogo* (2002) é indiscutível. O caminho territorial que percorre se estende do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte e o recorte temporal - assustador aos olhos de alguns historiadores - trata das primeiras ocupações humanas na região, ou seja, 10 mil anos atrás, até as discussões mais atuais sobre questões relativas ao meio ambiente<sup>9</sup>.

A proposta de fazer uma história da floresta nos parece generalizante num primeiro momento. Talvez seja. Porém, Dean não se fecha em seu objeto central - a

---

9 Mais precisamente 1994, ano da morte de Warren Dean.

devastação da Mata Atlântica. A partir disto, monta uma teia de relações que se movimenta segundo interesses sociais, políticos, científicos, religiosos etc. no decorrer dos anos.

*É quase impossível, portanto, escrever uma história florestal que se conforme a uma visão desejável do presente. [...] O que será de uma história que não nos faz - não pode nos fazer - felizes com nossas perspectivas e que reflete de modo tão chocante nossa imprevidência e parasitismo? (Dean, 2002:22)*

A *Ferro e Fogo* (2002) é a primeira aproximação do tema ambiental brasileiro na historiografia. Não se trata de uma história típica de grupos sociais definidos ou de sujeitos delimitados. Trata-se, sim, de uma nova abordagem que não se utiliza de uma metodologia cristalizada, pois é uma área especulativa, uma área em plena construção.

A realidade ambiental em que se encontrava possibilitou a este historiador incomodado traçar um panorama, de certa maneira pessimista, de nosso processo histórico de descaso com a natureza. O resultado de sua pesquisa indica a responsabilidade social que o estudo deve ter.

*A destruição dessas florestas [tropicais] é irreversível, no âmbito de qualquer escala temporal humana. Quando a floresta tropical é*

*destruída, a perda em termos de diversidade, complexidade e originalidade não é apenas maior que a de outros ecossistemas: é incalculável. [...] O desaparecimento de uma floresta tropical, portanto, é uma tragédia cujas proporções ultrapassam a compreensão ou concepção humanas. (Dean, 2002:23)*

Neste caso, a obra serve de alerta para os diferentes segmentos sociais - dos mais ricos aos mais pobres - sobre a responsabilidade de cada um, como ser humano, para a qualidade de vida na Terra.

A paixão, o envolvimento, a intensidade e, muitas vezes, o romantismo são perceptíveis na obra desses historiadores. Mas é, justamente, partindo destas sensações que uma pesquisa é iniciada e concluída. E o que é metodologia senão um misto de formalidade e inspiração?

## Capítulo I

### A Serra dos Cântaros

*"O tempo nos parques é íntimo, inadiável,  
imparticipante, imarcescível.  
Medita nas altas frondes, na última palma  
da palmeira  
Na grande pedra intacta, o tempo nos  
parques.  
O tempo nos parques cisma no olhar cego dos  
lagos  
Dorme nas furnas, isola-se nos quiosques  
Oculto-se no torso muscular dos fícus, o  
tempo nos parques.  
O tempo nos parques gera o silêncio do piar  
dos pássaros  
Do passar dos passos, da cor que se move ao  
longe.  
É alto, antigo, presciente o tempo nos  
parques  
É incorruptível; o prenúncio de uma aragem  
A agonia de uma folha, o abrir-se de uma  
flor  
Deixam um frêmito no espaço do tempo nos  
parques.  
O tempo nos parques envolve de redomas  
invisíveis  
Os que se amam; eterniza os anseios,  
petrifica  
Os gestos, anestesia os sonhos, o tempo nos  
parques.  
Nos homens dormentes, nas pontes que fogem,  
na franja  
Dos chorões, na cúpula azul o tempo perdura  
Nos parques; e a pequenina cutia surpreende  
A imobilidade anterior desse tempo no mundo  
Porque imóvel, elementar, autêntico,  
profundo  
É o tempo nos parques."*

*"O tempo nos Parques"  
Vinicius de Moraes*

São Paulo é registrada por nossa retina pelo menos de duas formas: a cidade de lá e a cidade de cá. Duas cidades distintas e unas. Cidade geminiana em sua essência. Cidade do entre. Crepuscular do movimento. Meio do caminho

que tem todos os caminhos.

Lá, labiríntica. Carrega todas as línguas. Palavras que percorrem o espaço melodiosamente. Cidade de paisagens comestíveis e brutas. Massas. Massas de gentes. Massas de máquinas. Cidade de longes. Distâncias enigmáticas e abstratas por serem temporais. Cidade dos tempos. Tempos que passam. Tempos que ficam. Tempos de clima. Cidade do plural.

Cá, silêncio. Harmonia de paisagem. Serenidade aparente. Cidade colorida que enfeita a vista. Cidade de habitantes de asas. De pêlos. Que vivem de galho em galho. Massas vegetarianas. Cidade que espera. De tempo outro.

Somos outros depois de tal apreciação. A cidade de lá, vista do alto de cá, é esteticamente estática, vazia de todos e de tudo. Cidade rígida, pálida e imóvel.

A cidade que nos atravessa é uma montanha de concreto armado. E é também uma montanha com árvores. O embate entre o lá e o cá se reverte lentamente. O natural e o construído. O cinza e o verde. A proposta agora é que o verde invada a cidade. Que a Cantareira deixe escorrer por suas encostas uma São Paulo quase desconhecida e aparentemente distante. O próximo passo é sabermos como isso será possível.

## 1. Caminho de ferro

A cidade de lá, urbana, vai de encontro com a cidade ao cá, quase rural. Como ponto de partida a "Parada Zero", que se localizava na rua Cantareira, próximo ao Mercado Municipal de São Paulo. Lá e cá se tocavam. O caminho traçado pelos trilhos do *Tramway da Cantareira* nos direciona ao espaço percorrido pelo progresso da cidade rumo às periferias.

A partir de 1894, a Maria-Fumaça da *Tramway da Cantareira* começou a contribuir com a poluição de São Paulo. O intuito da construção de uma linha ferroviária que ligasse o centro da cidade à Serra da Cantareira caminhava junto ao crescimento da cidade. A necessidade de um abastecimento de água mais eficaz e que abrangesse pólos demográficos e industriais crescentes colaborou com o projeto da estrada de ferro.

Com isso, a ligação entre o centro da capital paulista e a Serra da Cantareira foi essencial. O trem servia, até 1895, para o transporte de materiais para a construção do sistema de abastecimento de águas da Cantareira.

Dessa forma, alegoricamente, a Cantareira deixava escorrer por suas encostas uma de suas potencialidades: a água. O embate e a convivência entre o ambiente natural e o ambiente construído se tornaram mais intensos com o passar



dos anos.

O trajeto do "Trem da Cantareira" tinha como ponto final as matas da serra. O lá vindo ao encontro do cá. O *Tramway da Cantareira* funcionou até 1965 para o transporte de passageiros entre o centro da cidade até a Zona Norte da Capital.



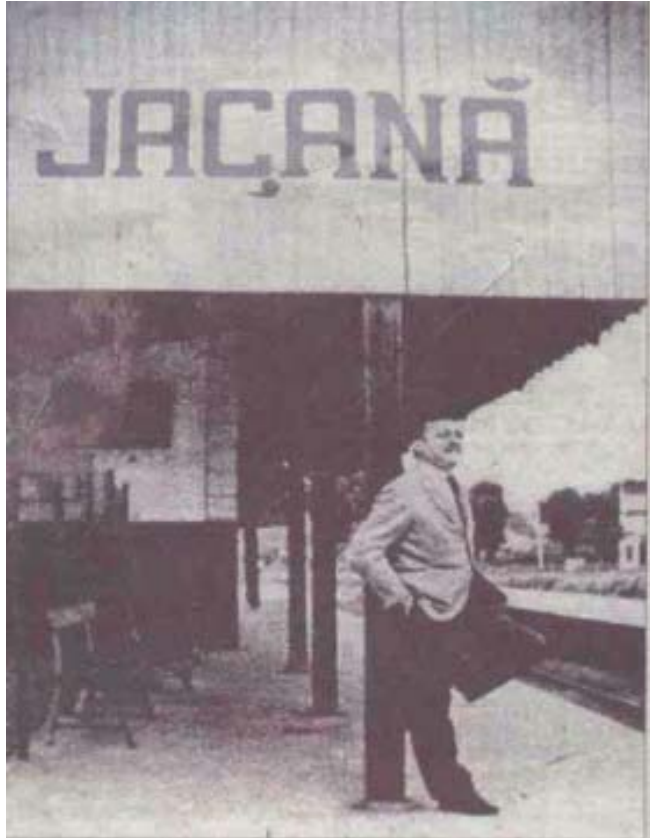
Estação Terminal Cantareira (1962).

Adoniran Barbosa retratou de forma poética o cotidiano do usuário do *Tramway da Cantareira* ao escrever "Trem das Onze"<sup>10</sup>:

---

10 Na verdade, Adoniran Barbosa pegava o trem das 22:59h. Segundo ele "um minuto, um minutinho de diferença". A estação Jaçanã foi demolida em 1965 e construída no local a atual Praça Comendador Alberto de Souza. "Mas afinal qual era a ligação de Adoniran com o Jaçanã? No Jaçanã estavam os estúdios da Cinematográfica Maristela, onde foram rodados filmes com Regina Duarte, Mazzaroppi, Procópio Ferreira e Adoniran Barbosa. No Jaçanã não havia bons botecos, os bons botecos estavam em Vila Mazei. Adoniran Barbosa ia para os estúdios no trem da Cantareira, que trafegava tranquilamente, até a estação do Jaçanã, a poucas quadras do estúdio. Esta foi a inspiração para música *Trem das Onze*." ([www.wernervana.hpg.ig.com.br](http://www.wernervana.hpg.ig.com.br)) , 20/10/2005)

*Não posso ficar nem mais um minuto com  
você  
Sinto muito amor, mas não pode ser  
Moro em Jaçanã,  
Se eu perder esse trem  
Que sai agora as onze horas  
Só amanhã de manhã.*



Adoniran Barbosa na estação Jaçanã de trem.

Em 1965, o "Trenzinho da Cantareira" silenciou-se. Era o fim da linha. Com o desenvolvimento da cidade o trajeto da estrada de ferro foi substituído pelo trajeto dos ônibus.

## **2. Caminho das águas**

A área do atual Parque Estadual da Cantareira foi

tombada no final do século XIX como forma preventiva de garantir o abastecimento de água da cidade de São Paulo através das represas do Engordador, Barrocada e Cabuçu. A origem de seu nome vem justamente da sua importância como área de manancial para a região. Segundo o Dicionário Houaiss, Cantareira tem origem na palavra cântaro, que por sua vez é:

### **Cântaro**

1. *Espécie de vaso de barro ou metal, de bojo largo e gargalo, com duas asas, "us" para conter e transportar líquidos.*
2. *Regionalismo: Madeira - vaso para cultivo de planta(s).*

### **Etimologia**

*lat. cantharus, i 'vasilha grande de beber, bojuda e com asas; bilha grande; cântaro; certo peixe marinho; escaravelho; fonte em forma de escaravelho', do gr. kántharos, ou 'escaravelho; espécie de taça com duas asas'; ver cantarid-; f.hist. sXV cantaro*

### **Cantareira**

1. *Pequeno móvel com abertura central, cepo de madeira ou bloco de pedra us. na cozinha para sustentar o(s) cântaro(s) de água.*

A Serra da Cantareira é geralmente representada como um "Castelo de águas". Mas, segundo os geógrafos Aziz Ab'Saber e Reinaldo Corrêa Costa, a palavra tem origem em seu potencial para exploração mineral, tendo sido verificada a presença de várias pedreiras na região ao

longo dos anos.<sup>11</sup>

A Cantareira deixa, portanto, jorrar por suas encostas as águas. A cidade de cá agora vai de encontro com a cidade de lá. Desde o final do século XIX, com a finalização da construção do reservatório de águas, a Cantareira é ligada à cidade por dois caminhos: o de ferro, com toda sua rigidez, e também pelo hibridismo das águas.

*A Serra da Cantareira abastecia a população paulista desde 1881, por ser rica em mananciais considerados então puros e cristalinos. Suas águas chegavam à rede distribuidora por força gravitacional. Porém, em períodos de estiagem, que em alguns anos se prolongavam durante muitos meses, o volume de água era insuficiente para ser levado somente por ação da gravidade aos centros consumidores. A recém criada Repartição de Águas e Esgotos, que havia substituído a Companhia Cantareira, em 1893, importa uma bomba elevatória a vapor de fabricação inglesa, que chega ao Brasil em 1903 para elevar as obras do reservatório do Engordador à caixa d'água do "Gonçalves" de daí até a Consolação. (Fonseca, 2003:4)*

---

11 Informação retirada de entrevista com os estudiosos, em 19/03/04, no IEA-USP.



Casa da Bomba - Núcleo Engordador do Parque Estadual da Cantareira

A partir de 1890, o Governo do Estado de São Paulo desapropriou várias fazendas na redondeza da serra com o intuito de preservar e recuperar a mata nativa que mantinha conservado seus mananciais e que estava, aos poucos, sendo desflorestada ou substituída por espécies exóticas e plantações como o café.



Represa do Engordador.

Um dos maiores incentivadores para a conservação da Floresta da Cantareira foi o naturalista sueco Alberto Löfgren<sup>12</sup>, ainda no século XIX. Em suas palavras:

*E como não se sentirá o homem pequeno diante desta gigantesca majestade esmagadora? E como se furtará ele de ser orgulhoso quando se lembrar que basta um aceno de sua mão para destruir toda esta obra de uma quase eternidade?* (Loefgren in Dean,2002:228)

Como evidencia a citação acima, Löfgren dedicou a sua experiência como pesquisador à conservação das biotas<sup>13</sup> brasileiras, em especial, a realidade ambiental paulista. Foi um dos mais atuantes conservacionistas no país. Com sua ajuda, a Cantareira chegava à cidade.<sup>14</sup>

---

12 "O Naturalista Albert Löfgren chegou ao Brasil em 1874 para participar da expedição Botânica dirigida por Hjalmar Monsén, que explorou, entre 1874 e 1877 os estados de Minas Gerais e São Paulo. Em 1886 atuou como chefe das seções de Meteorologia e de Botânica da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo. Em 1888, assumindo a direção do Jardim da Luz, propõe sua transformação em Jardim Botânico. Porém o espaço é transformado em Jardim Público e passa para a municipalidade. Em 1896, graças aos esforços de Löfgren, aliados aos de Derby e de Ramos de Azevedo, foi instalado o Horto Botânico da Cantareira em São Paulo, tendo sido seu primeiro diretor. Em 1901, Löfgren coordenou comissão para elaborar o primeiro código florestal brasileiro, como disciplinador da utilização das matas. A seção de Botânica da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo deu origem ao Instituto Florestal de São Paulo, que cuida da maior parte das UCs do Estado. Deixou inúmeras obras sobre a flora brasileira, inclusive herbários, havendo, posteriormente, ocupado o cargo de Chefe da seção Botânica do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, cidade em que faleceu em 1918" (São Paulo, 2000).

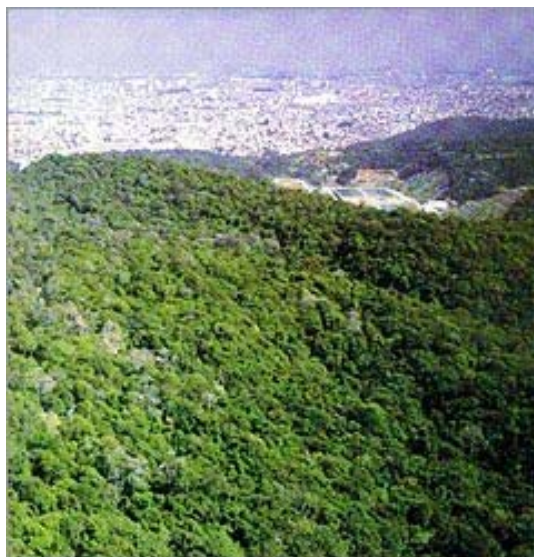
13 Biota se refere ao conjunto formado pelos animais e plantas de uma região.

14 Voltaremos a discussão sobre as águas no capítulo III.

### 3. A borda da montanha

A cidade de cá e a de lá se encontraram. Porém, entre o fim do século XIX e hoje, o que presenciamos é o avanço da cidade de lá, a cidade de concreto armado em direção à cidade de cá, a cidade de árvores. E esse processo se configurando de forma desproporcional.

O Parque Estadual da Cantareira (PEC) apresenta um diferencial em relação às demais áreas de conservação encontradas no país. Trata-se de uma relação entre a Região Metropolitana de São Paulo, que manifesta um crescimento intenso ao longo dos anos, e uma área de preservação permanente, com importância tanto como manancial quanto como exemplar remanescente de Mata Atlântica.



Vista Panorâmica do Município de São Paulo Núcleo Pedra Grande - PEC.

O parque foi criado através do Decreto n.º 41.626/63, e tem hoje uma área de 7.916.52ha, sendo a maior

Floresta Tropical Nativa do mundo situada dentro de perímetro urbano.

Floresta Urbana Potencial, como é o caso da Cantareira, é conceituada como área de solo sem edificações, em espaços urbanizados ou antropizados. Por estar localizado em uma área de grande adensamento urbano, o PEC tem características próprias que fogem ao padrão formulado pela legislação vigente. Por isso, a discussão acerca desse diferencial é necessária, propondo soluções para seus problemas e especificidades.

Sua área se estende por quatro municípios da Região Metropolitana de São Paulo: Caieiras<sup>15</sup>, Guarulhos<sup>16</sup>, Mairiporã<sup>17</sup> e São Paulo<sup>18</sup>. Cada um destes municípios tem uma relação determinada e típica com essa Unidade de Conservação no sentido de contenção do crescimento das cidades em direção ao Parque, por meio de planos diretores e licenciamentos gerais para uso e ocupação do solo.

---

15 O município de Caieiras tem como marca histórica a presença de fornos de cal e como sede da Companhia Melhoramentos de São Paulo, uma das principais indústrias de papel do país. A população do município passa dos 63 mil habitantes, e a economia se baseia na indústria de diversos setores (Silva, 2000).

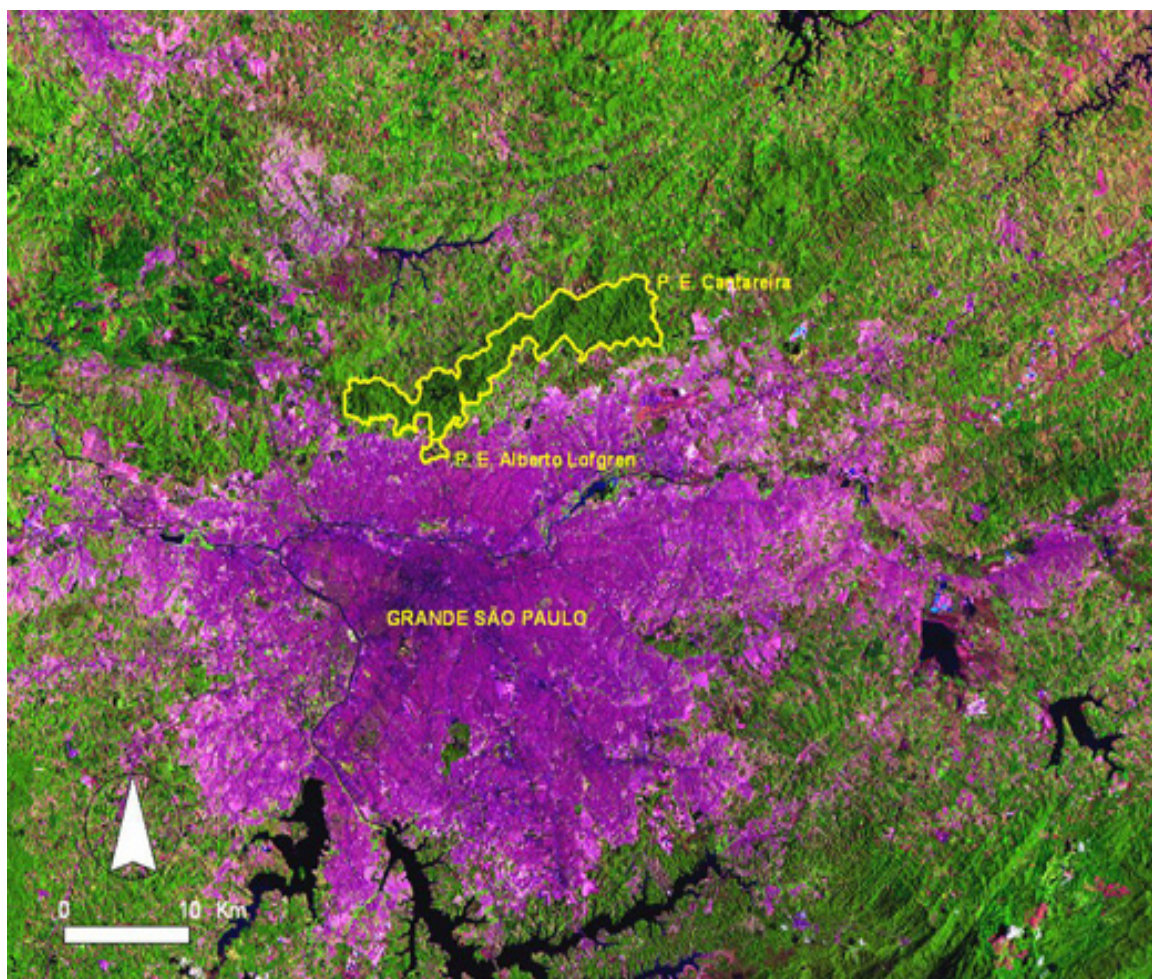
16 O município de Guarulhos tem uma população de mais de 1 milhão de habitantes. É o principal eixo de desenvolvimento do país (São Paulo–Rio de Janeiro) e entroncamento rodoviário (São Paulo–Rio–Belo Horizonte). Seu desenvolvimento esteve ligado às indústrias localizadas ao longo da rodovia Presidente Dutra. É sede do maior aeroporto brasileiro: Aeroporto Internacional de Guarulhos. (Silva, 2000)

17 Mairiporã tem sua economia baseada na indústria e nas atividades hortifrutigranjeiras. Tem uma população de aproximadamente 50 mil habitantes (Silva, 2000).

18 São Paulo é a capital do Estado de São Paulo e sede da Região Metropolitana. Com uma população de aproximadamente 10 milhões de habitantes é o mais importante centro econômico-financeiro e cultural do país (Silva, 2000).



Sua área tem 80 km<sup>2</sup>, isto é, o dobro do tamanho da Floresta da Tijuca (RJ) e equivalente a 50 Parques do Ibirapuera ou 8000 campos de futebol.



Localização do P. E. da Cantareira na Região Metropolitana de São Paulo. Em lilás, a área densamente urbanizada. (imagem Landsat/Instituto Florestal)

O PEC<sup>19</sup> integra o maior manancial da Região Metropolitana de São Paulo<sup>20</sup>, conhecido como Sistema

---

19 É conveniente frisar que o Parque Estadual da Cantareira localiza-se na maior parte da Serra da Cantareira, mas não abrange toda ela. Ao longo do trabalho, quando tratarmos do Parque, este se refere à Unidade de Conservação Estadual, sendo que sua área é protegida pela legislação ambiental. Os locais onde se encontram as residências, comércio e outras atividades se referem à área do entorno do Parque, ou seja, aos bairros que constituem a Serra da Cantareira.

20 A Região Metropolitana de São Paulo é constituída por 39 municípios, a capital do Estado de São Paulo (Município de São

Cantareira de Águas. Fonte responsável por 51% do abastecimento de água da cidade, abrange um total de seis reservatórios, localizados entre o sul do Estado de Minas Gerais e a região norte da área metropolitana de São Paulo.

Além disso, nele se encontram remanescentes da Mata Atlântica, de valiosa biodiversidade, em cujo abrigo se acham diversas espécies da fauna e da flora nativas, como o Bugio (*Alouata fusca clamitans*), o Veado Mateiro (*Mazama sp*), a Preguiça (*Bradypus sp*), o Quati (*Nasua nasua*), a Jararaca (*Bothrops jararaca*) e, ainda, a Samambai-açu (*Cyathea sp*), a Figueira (*Ficus sp*), a Embaúba (*Cecropia sp*), entre tantas outras.

#### **4. A burocracia esverdeada e as doenças cinzas**

A mudança de categoria de Unidade de Conservação Reserva Florestal para Parque Estadual aconteceu teoricamente no ano de 1963 através do decreto lei acima mencionado. Entretanto, há uma confusão conceitual sendo que podemos encontrar ainda hoje indicações de que a mudança para Parque não foi oficializada, e o que temos é uma Reserva Florestal. O *Plano de Manejo para o Parque Estadual da Cantareira* do ano de 1974 aponta uma das

---

Paulo) e mais 38. Com uma população aproximada de 16,6 milhões de habitantes, ou seja, 10,6% da população nacional e 48,6% da população do Estado, a RMSP compõe uma área de 8.051km<sup>2</sup> (Silva, 2000). No decorrer do trabalho, porém, serão analisadas as relações dos quatro municípios da RMSP que integram a área do Parque Estadual da Cantareira: São Paulo, Caieiras, Guarulhos e Mairiporã.

recomendações para o manejo da área: "*Providenciar a transformação de Reserva em Parque Estadual*". Isto nos direciona para questionamentos sobre o conceito de Unidade de Conservação no Brasil e as políticas públicas aplicadas no caso do Parque Estadual da Cantareira. Assunto que abordaremos adiante.

Unidade de Conservação é definida, segundo a lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, como

*espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.* (Brasil, 2000:11).

As UCs são divididas em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.

Neste trabalho, duas modalidades de Unidades de Proteção Integral são analisadas e discutidas: Parque Nacional e Reserva Biológica.<sup>21</sup>

Várias intervenções são verificadas no PEC no decorrer dos anos, em sua grande maioria com relação direta a expansão urbana e industrial ocorridas na RMSP. Os serviços de infra-estrutura básica são um dos exemplos de intervenção na área natural como as obras para o

---

21 Sobre Unidades de Conservação, ver BRITO, Maria C.W. *Unidades de Conservação: Intenções e Resultados*. SP: Annablume/Fapesp, 2003.

abastecimento de água da cidade (barragens e estações de tratamento), transporte (rodovias), transmissão de energia (redes de alta tensão) e comunicação (torres de recepção de sinais).

Além desses, há outros pontos ligados diretamente ao crescimento populacional da RMSP como é o caso da mineração, especulação imobiliária, caça, extração de plantas e incêndios florestais desafiam a conservação. (Cf. César, 1978)

Nesse sentido, a relação entre a UC e municípios da RMSP nos direciona para o questionamento sobre a validade de políticas desenvolvimentistas verificadas nos anos de incentivo mais intenso do processo de crescimento econômico da região que, de certa forma, permanecem até hoje. Isso pelo fato de percebermos serem elas concomitantes à elaboração de políticas de contenção do avanço predatório proporcionado por esse incentivo ao crescimento.

O período em que podemos verificar um grande número de decisões sobre essa Unidade de Conservação situa-se entre as décadas de 1960 e 1970. Neste período, o Governo do Estado de São Paulo, através de suas políticas ambientais, implantou uma série de ações visando à conservação de áreas silvestres em todo o Estado, justamente no período do Milagre Econômico, que proporcionou a São Paulo um novo impulso à expansão industrial através das políticas desenvolvimentistas.

*Via-se um ciclo de crescimento inédito na história nacional. Desde 1968, a economia mostrava-se não só revigorada, mas também reorientada. O ano de 1969 fechara sem deixar margem a dúvidas: 9,5% do crescimento do Produto Interno Bruto, 11% de expansão no setor industrial e a inflação estabilizada pouco abaixo dos 20% anuais. Depois de quinze anos de virtual estagnação, as exportações chegaram a 1,8 bilhão de dólares, com um crescimento de 23% em relação ao ano anterior. A taxa de poupança bruta ficara em 21,3%, índice jamais atingido e jamais igualado. A indústria automobilística estava a pleno vapor, e a construção civil entrara a tal atividade que faltou cimento. Os números do primeiro semestre de 1970 indicavam que a prosperidade prosseguiria (fechou o ano com um crescimento de 10,4%). O Brasil tornara-se a décima economia do mundo, oitava do ocidente, primeira do hemisfério sul." (Gaspari, 2002: 208)*

A dinâmica demográfica e social caracteriza o município de São Paulo há pelo menos um século, refletindo um período de crescimento populacional vertiginoso e um avanço da ocupação que reduz, principalmente em áreas periféricas e de mananciais, a cobertura vegetal ameaçando os últimos remanescentes de recursos naturais da metrópole.

A taxa de crescimento demográfico configura-se como importante indicador da sustentabilidade ambiental de uma cidade quando associado às formas de utilização dos recursos naturais.

*Em São Paulo e em toda a região metropolitana, um dos aspectos mais impressionantes do processo de urbanização refere-se à rapidez das alterações nas taxas de crescimento da população ao longo do tempo. Essas alterações encontram-se intimamente associadas à mudança do perfil econômico da cidade. (São Paulo, 2004: 34)*

O crescimento populacional no município de São Paulo aconteceu de forma vertiginosa em algumas décadas. Em 1870, residiam cerca de 20 mil habitantes na cidade. Em 1900, 240 mil. Já na década de 1930, a população aproximava-se de 1 milhão de habitantes e, a partir daí, com o incentivo econômico, a uma população de 2,2 milhões em 1950 e de 5,9 milhões em 1970.

Em 2000, residiam em São Paulo 10,4 milhões de habitantes, ou seja, uma queda da taxa de crescimento populacional de 3,7%, na década de 70, para 0,9% no período de 1991/2000. O fato se explica pelo processo de desindustrialização e desconcentração industrial verificado na Região Metropolitana de São Paulo, que, por sua vez, redirecionou o fluxo migratório para o interior do Estado de São Paulo.

Entre os anos de 1991/2000, taxas de crescimento maior que 2% ao ano são verificadas em bairros periféricos do município de São Paulo, como os do extremo norte da cidade, sendo que a média dos bairros centrais sofreu um decréscimo de 2,5% ou não registraram crescimento algum.

Os bairros com taxas de crescimento mais elevados estão localizados na região do entorno do Parque Estadual da Cantareira, dos extremos leste e sul do município como: Anhanguera, Brasilândia, Capão Redondo, Campo Limpo, Cidade Tiradentes, Grajaú, Guaianases, Iguatemi, Itaim Paulista, Jaraguá, Jardim Ângela, Lajeado, Marsilac, Parelheiros, Pedreira, Perus, São Rafael, Tremembé, Vila Andrade e Vila Jacuí. Outros dados são apresentados ao longo da dissertação.<sup>22</sup>

Esse processo de avanço da cidade em direção ao Parque Estadual da Cantareira acarreta diversos impactos na área natural.

Mas, podemos seguramente indicar mudanças ambientais significativas em toda cidade. O desmatamento intenso verificado nos anos de pesada industrialização da capital paulista assoreou córregos e represas, agravando enchentes no Tietê, por exemplo.

Além disso, o desmatamento reduz a umidade do ar, aumenta a exposição aos raios UV, aumenta a concentração de CO<sub>2</sub> e proporciona o aquecimento da temperatura. Todos esses itens têm ligação direta com a saúde da população exposta a esses desajustes.

Apesar de os dados mostrarem a escassez de áreas verdes na RMSP, o índice de desmatamento na cidade é, hoje,

---

22 Dados obtidos em GEO Cidade de São Paulo: Panorama do meio ambiente urbano / SVMA, IPT - São Paulo: Prefeitura do município de São Paulo. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente: Brasília: PNUMA, 2004.

bastante baixo. Isso pelo fato de praticamente inexistirem áreas verdes na cidade e do processo de desmatamento ter sido verificado com maior intensidade entre o fim do século XIX e meados do século XX, antes de ocorrer o crescimento populacional e industrial mais acentuado.

Áreas verdes remanescentes são unidades de conservação já estabelecidas ou propriedades privadas. O desmatamento, no entanto, é verificado nas periferias da cidade, como é o caso do entorno do Parque Estadual da Cantareira, que ainda mantém áreas florestadas.

Segundo o *Atlas Ambiental do Município de São Paulo (2004)*, 48% do território do município apresenta carência significativa de cobertura vegetal de qualquer tipo. Em contrapartida, 33% do município é coberto por maciços florestais em diversos estágios de sucessão ecológica. Sendo que distritos como Tremembé e Jaçanã são submetidos à intensa pressão da ocupação, pois concentram, juntamente com os distritos de Parelheiros, Marsilac, Grajaú, Jardim Ângela e Perus, 75% desse tipo de cobertura vegetal.

O índice pluviométrico de uma área densamente urbanizada em relação ao de uma área florestada sofre uma diferença de 5% em média, assim como a umidade relativa do ar pode chegar a uma diferença de 6%. As árvores também servem como filtros naturais que amenizam a irradiação solar e são responsáveis por 60% da troca de CO<sub>2</sub> da cidade. A alta concentração de CO<sub>2</sub> acarreta desequilíbrios físicos,



que muitas vezes, podem causar a Síndrome do Pânico.

Para se ter uma idéia, a temperatura da Serra da Cantareira chega a ser 10°C menor do que a registrada na Praça da Sé, no mesmo horário. A cidade de São Paulo registra 77 micro-climas diferentes. É claro que esses dados não são obtidos somente pelo índice de desmatamento. Outros fatores são agregados a este para se chegar números como estes e sintomas como os verificados na população paulista.

Todos os índices acima citados integram o conceito de impacto ambiental, que é definido, segundo a Resolução CONAMA n.º 001, de 23 de janeiro de 1986, como

*qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetem: I. a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II. as atividades sociais e econômicas; III. a biota; IV. as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V. a qualidade dos recursos ambientais. (Brasil,1986)*

O que verificamos neste caso retrata uma constante no que se refere às leis ambientais brasileiras. A riqueza da legislação ambiental é indiscutível, mas o que dificulta a efetivação dela é justamente a falta ou a impossibilidade de ação.<sup>23</sup>

---

23 Aziz Ab'Saber comenta que é necessário sair do palavrear para

Entretanto, percebemos que invariavelmente o problema ambiental extrapola o âmbito regional. Existe uma questão global, como, por exemplo, a elevação da poluição ou do aumento da temperatura média. Mas concorrem também os fatores de origem local.

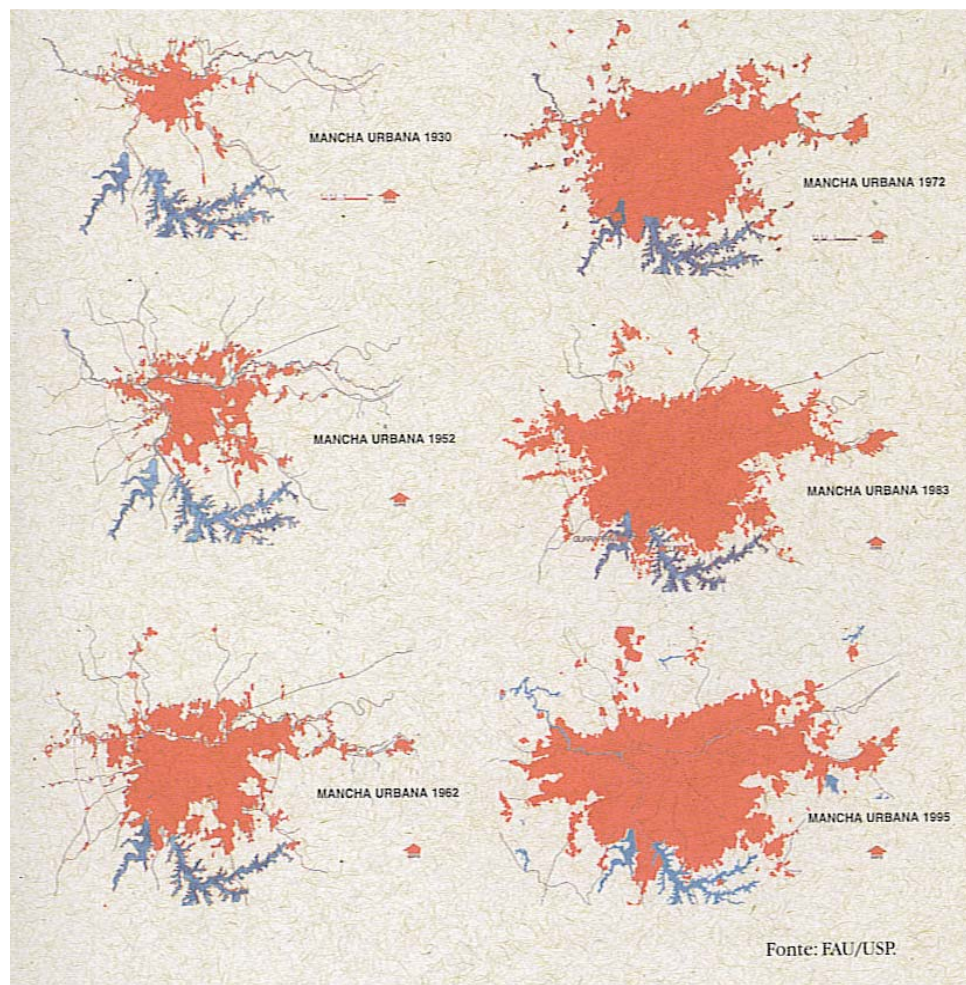
A conservação de uma área natural, segundo Silva (2000), é complementada pelo uso adequado da terra ao seu redor, pois certas atividades realizadas fora de seu domínio podem repercutir de forma negativa em seu interior, degradando-a. Áreas protegidas são gerenciadas como locais isolados do contexto regional ou local, mas estão em constante conexão com seu entorno através de relações econômicas, sociais, culturais e ecológicas.

*As expansões que se desenvolvem na Grande São Paulo, hoje com mais de onze (11) milhões de habitantes, requerem uma gama de infra-estrutura para o seu sustentamento, as quais por sua vez geram vários tipos de pressões sobre o Parque Estadual da Cantareira, bem como criam condições para que as expansões imobiliárias, tanto de alto padrão como humildes e favelas cheguem até as regiões limdeiras, atraindo com isso os mais diversificados tipos de pessoas, comércio, usos e costumes. (São Paulo, 1988:1)*

---

entrar a fundo nas propostas. Partindo desse comentário, ele direciona a responsabilidade social da Universidade no tocante aos problemas ambientais do país. Sobre isto, uma discussão mais aprofundada a *posteriori*. (Semana de meio ambiente da USP - Palestra de encerramento da Semana com o Prof. Aziz Ab'Saber, dia 16/09/2005)

Nos mais de 40 anos de existência como categoria Parque, a Unidade de Conservação sofreu interferências diversas pelo motivo de sua proximidade com a área urbana, como as ligadas ao abastecimento de água, energia, transporte, moradia, entre outros.



Crescimento da RMSP entre 1930 e 1995

No entanto, as políticas ambientais e as ações analisadas neste recorte proposto nos indicam uma mudança, mesmo que tímida, no processo de conscientização ambiental

intra e extra-governamentais.

Essa mudança é bastante perceptível ao analisarmos as políticas públicas relacionadas à questão ambiental da cidade e a legislação formulada nesse período. As mudanças mais significativas são de caráter conceitual, como a própria criação de Parques Estaduais, ou ainda a relação direta que se apresenta nos dias atuais entre meio ambiente e saúde pública.

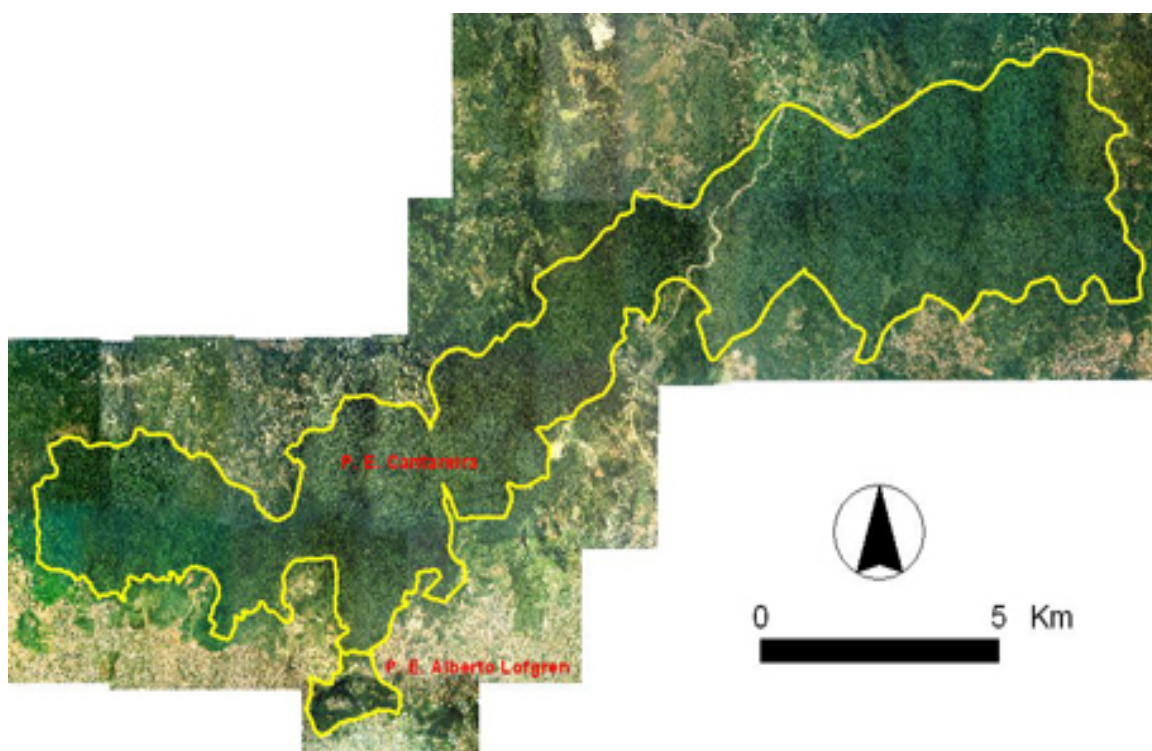


Foto aérea do Parque Estadual da Cantareira e sua área de entorno.  
(Instituto Florestal)

## 5. Contrastes urbanos

Para dar início ao quadro, as relações da administração do parque com os demais setores

governamentais no sentido de contenção do avanço predatório sobre a área de preservação e/ou a busca por soluções alternativas para a sustentabilidade da região e o papel das mobilizações civis organizadas nestas tomadas de decisões são fatores que, analisados numa perspectiva histórica, nos permite um conhecimento mais amplo da realidade ambiental em que estamos inseridos.

*Face a todos esses problemas já existentes no presente e que tendem a se agravar no futuro dado o crescimento irreversível da metrópole paulista, há necessidade de uma integração das administrações - Municipal, Estadual e Federal - evitando a execução de obras que conflitem com o manejo mais indicado para a área. (Negreiros, 1974:7)*

Nestes 40 anos de história, o Parque Estadual da Cantareira dialoga com os demais departamentos do Governo do Estado, com as prefeituras dos municípios que integram sua área, com empresas estatais e privadas, com organizações não-governamentais, associações de bairros, escolas, comunidades vizinhas, visitantes, entre outros.

Neste sentido, podemos verificar ao longo dos anos as mudanças de conscientização ambiental indicadas pelas ações, políticas e decisões sobre a área de conservação.

Ao analisarmos as políticas que versam sobre a conservação da fauna e da flora atentamos para uma mudança

latente no trato com a natureza.

Se compararmos os textos do Código Florestal de 1934 e o texto do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), do ano de 2000, por exemplo, notamos que a consciência ambiental deixa de estar atrelada diretamente à economia e à apreciação estética e passa a ligar-se a ação de proteção eficaz contra o desenvolvimento a qualquer custo.

Claro que as políticas desenvolvimentistas, muitas vezes, se sobrepõem às políticas de conservação, como veremos, mas a importância de haver uma legislação ambiental mais detalhada é de essencial importância para ações mais eficazes.

Empresas privadas, por sua vez, aderiram à onda verde, vinculando seus produtos a práticas de responsabilidade socioambiental, criando produtos com Selo Verde de Qualidade (ISO 14.000) e utilizando matérias-primas certificadas.

*É provável que para a maioria dos empresários, motivações menos confessáveis eram mais determinantes. Embora superficial, a preocupação do público pela preservação da natureza era agora suficientemente ativa para gerar lucros. 'Quando você consegue associar seu produto a uma mensagem ecológica', explicava um executivo de marketing, 'o retorno, tanto em vendas como em imagem, é fantástico'. De modo mais defensivo, as companhias que já haviam tido problemas com suas*

*imagens poderiam salvá-las com uma campanha verde.*  
(Dean, 2002:348)

A mídia imobiliária aposta na qualidade de vida, e não tanto mais na praticidade de locomoção da cidade, ao expor seus empreendimentos com o apelo ambiental. Muitos exemplos são vistos ao folharmos revistas especializadas em venda de imóveis<sup>24</sup>:

*"Deixe o verde tomar conta da sua vida."*<sup>25</sup>

*"Muito verde, ar puro e tranquilidade."*<sup>26</sup>

*"More com segurança junto à Serra da Cantareira."*<sup>27</sup>



Propaganda do Condomínio Mont Blanc

Este último exemplo nos possibilita a visualização do que foi dito anteriormente. A tentativa de venda de apartamentos é realizada pelo apelo visual neste caso. O

---

24 Os exemplos foram retirados de: Editora Abril. Guia Qual Imóvel. Ed.2. Ano 1. Junho de 2005.

25 Propaganda do Condomínio Residenza - Gafisa.

26 Propaganda do Condomínio Agala da Serra - Recanto Ibérico.

27 Propaganda do Condomínio Villagio da Serra - Abyara.

futuro proprietário, ao adquirir um apartamento, poderá, na impossibilidade de contato mais próximo com a serra, contemplá-la à distancia.

Mobilizações civis junto às Ongs e ao governo federal tornaram-se mais freqüentes nos últimos anos. Na década de 90, a população mobilizada frente à constante ameaça sofrida pelo patrimônio ambiental existente na metrópole, iniciou inúmeras discussões acerca do projeto "Via Perimetral Metropolitana"<sup>28</sup>.

Essa mobilização arrecadou mais de 150 mil assinaturas de apoio ao reconhecimento internacional da área da Serra da Cantareira. A Secretaria Estadual do Meio Ambiente, através do Instituto Florestal, encaminhou o pedido à Unesco, que inseriu a área na Rede Mundial de Reservas da Biosfera.<sup>29</sup>

Os movimentos sociais da área do entorno do Parque Estadual da Cantareira, em sua maioria, discutem os problemas referentes ao meio ambiente local, mas, conseqüentemente, acabam abordando problemas mais amplos como o da devastação, da poluição e da água. O parque está inserido nessas discussões, mas de forma indireta.

Os bairros de classe média do entorno, por exemplo, elegem como um dos maiores bens e como o maior diferencial do bairro a sua proximidade com uma área preservada.

---

28 Nome dado ao projeto do Rodoanel Mário Covas.

29 Veremos mais detalhadamente adiante.



Associa-se diretamente a este quadro a possibilidade de proporcionar à família uma qualidade de vida desejada. Regiões como essas, que margeiam áreas verdes, são alvos de investimentos considerando o porvir. (Cf. Sant'Anna, 2004)

Neste sentido, podemos verificar como o bairro do Tremembé, por exemplo, é tido como um dos últimos redutos naturais de São Paulo e a preocupação da população ali residente de cuidar do meio ambiente. No folheto promocional do site "Tremembé na Linha"<sup>30</sup>, a frase de impacto é: "A mídia inteligente em equilíbrio com o meio ambiente" ou, ainda, "O site do bairro mais verde de São Paulo".

Em contrapartida, os bairros do entorno sul do parque são os que mais crescem no município de São Paulo.

*O conluio entre instituições estadistas - municipais, estaduais - e pretensas associações de moradores, forjadas nesta relação, assim como entre o loteador e as associações de bairro definem práticas recorrentes de viabilização da comercialização de terras, comercialização considerada ilegal. Na Cantareira, por exemplo, são porções de terreno com declividades superiores a 30%, que pela lei não poderiam ser ocupadas (Lei Federal 6.766/79), inclusive avançando sobre áreas do Parque Estadual da Cantareira, mas acima de tudo, trata-se dos modos de forjar-se dos loteamentos urbanos. (Damiani in Carlos & Oliveira, 2004)*

---

30 [www.tremembe.com.br](http://www.tremembe.com.br) , 22/11/2004

Esse quadro, no entanto, é verificado pelo fato de se expandirem cada vez mais as periferias do município. As crescentes restrições para se construir nos centros altamente urbanizados como os bairros já estruturados, leva uma grande parte da população menos abastada a procurar terrenos nas regiões mais longínquas, como é o caso da face sul do Parque Estadual da Cantareira.

A facilidade de aquisição de terrenos, em sua grande maioria irregulares, pelo baixo custo, acarreta uma invasão densa que pressiona a área de preservação.



Invasões na Vila Irmãos Arnoni, face sul do Parque Estadual da Cantareira  
(Foto de Regina Blessa)

Como foi dito anteriormente, a especulação imobiliária é outro dos grandes problemas na região. Os operadores do mercado vendem seus produtos através do apelo à qualidade de vida encontrada junto à natureza, como pode-se observar no seguinte anúncio:

Um dia ainda vou encontrar um lugar de sonho para viver. Mas a apenas 15 minutos da Marginal do Tietê, claro!<sup>31</sup>



Os sonhos mais lindos ...

UM DIA AINDA VOU ENCONTRAR UM LUGAR DE SONHO PARA VIVER  
(Mas a apenas 15 minutos da Marginal Tietê, claro!)



Terrenos a partir de 300 m<sup>2</sup>  
para Casas Isoladas,  
Incorporações / Condomínios,  
Comércio e Serviços.\*



\*Usos controlados conforme  
Planejamento e regras contratuais.

**Parque Itaguçu Cantareira**  
Final da Av. Inajar de Souza, altura nº 6.600

corretores no local

**3887-1611**

Central de Vendas:  
Rua Estados Unidos, 209

Letramentos: Parque Itaguçu da Cantareira - Nº Proj. Aprovação: 1996-01.001.367-0 - Nº Atual: 1732 - Sitav. 34  
Data versão: 04/05/1999 - FICOM/SP: 2001/09557-05 - Reg. Lotação: Matr. 48.466 - 3º Cart. 4.72.455 - 18º Cart. - Creci 2/961

Imob. S/A Urbanizadora e Construtora  
R. Octaviano Zamparolo, 270  
CCM: 8.141.457-9

**CIDADE LIMPA. POVO CIVILIZADO.**  
Lei nº 118.837/95 Não jogue este impresso em vias públicas.

Tatini Promoções S/C Ltda.  
Al. Joaquim Estêvão de Lima, 1674 - Casa 7  
CCM: 2.237.896-8

Propaganda do Condomínio Parque Itaguçu Cantareira

31 Propaganda do Condomínio Parque Itaguçu Cantareira- Imobel. Este exemplo voltará mais adiante, por ser um projeto com impasses no licenciamento ambiental. Mais detalhes no capítulo 3.

## Capítulo II

### Entre folhas

*A natureza criou o  
tapete sem fim que recobre a  
superfície da Terra. Dentro da  
pelagem desse tapete vivem  
todos os animais,  
respeitosamente. Nenhum o  
estraga, nenhum o rói, exceto o  
homem.  
Ah, que terrível  
estragador de tapete é o homem!  
Que traça daninha!*

"De São Paulo a Cuiabá"<sup>32</sup>  
Monteir' o Lobato

Entre folhas. As folhas brancas, com codificações escritas pelos homens, burocratas verdes ou sensíveis viventes, me parecem, momentaneamente, mais volumosas e importantes que as próprias folhas verdes, das quais exprimem conhecimento.

Folhas brancas criadas a partir de folhas verdes. Ciclo vegetal de conservação através da devastação. Folhas de papel para materializar o verbo. Folhas de papel para desenhar o pensamento. Folhas brancas ao léu. Tantas e todas com tintas. Folhas para materializar a racionalidade e a burocracia humana.

As verdes, folhas para serem salvas. Irônico, não? Folhas verdes sendo salvas por palavras impressas em folhas brancas que um dia já foram essas mesmas folhas verdes. Folhas ao vento. Essas verdes. Tantas. Tamanhos, formas e

---

32 Trecho da obra "Mundo da lua e miscelânea", p.242.

texturas.

Neste capítulo, as folhas. Verdes ou brancas. Mas, palavreados antes de tudo. O que nós dizemos sobre folhas verdes em folhas brancas?

## **1. Folharada**

O palavreado científico, político, econômico e cultural é, por vezes, sentimental. As palavras escritas nas tais folhas brancas exprimem a preocupação ou o descaso do homem (em seu contexto geral) em relação às folhas verdes.

Para o desenvolvimento deste segundo capítulo, a análise da legislação ambiental brasileira acerca dos temas relevantes que interferem diretamente na Unidade de Conservação a ser estudada, ou seja, o Parque Estadual da Cantareira, é de profunda necessidade.

Ao propormos um levantamento histórico dos documentos oficiais que legitimam a área de conservação, percebemos claramente o processo de transformação de ideais ecológicos do Estado, no qual se transfere a ênfase da conservação de áreas específicas por motivos meramente apreciativos para se afirmar a necessidade de manter o mínimo de bem-estar e qualidade de vida nas cidades (água,

poluição, clima, biodiversidade, entre outros).<sup>33</sup>

*O processo de formulação de políticas públicas, num determinado contexto social e histórico, é grandemente influenciado pela percepção que os indivíduos têm da realidade. As mudanças nas diretrizes e nos objetivos dessas políticas não são definidas, portanto, unicamente por processos objetivos de inovação tecnológica e crescimento econômico, por exemplo, mas, também, por transformações nas crenças, idéias e valores dominantes na sociedade que formam paradigmas sociais.*(Coelho & Cunha in Cunha & Guerra, 2003:55)

A análise aqui proposta tem como ponto de partida o Código Florestal de 1934. Por ser um documento norteador da elaboração das políticas ambientais até 1965, ele foi a base para a mudança conceitual da Unidade de Conservação da Cantareira, ou seja, quando esta deixou de ser Reserva Florestal e recebeu o título de Parque Estadual, em 1963.

Entre o Código Florestal de 1934 e o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), de 2000 (legislação que finda as análises deste capítulo), inúmeros documentos foram elaborados ou revistos. O foco desta pesquisa situa-se, portanto, na discussão acerca dos documentos referentes aos Parques e Reservas, mais especificamente sobre aqueles

---

33 É importante frisar que até a nova Constituição da República (1988) a legislação florestal no Brasil era de competência exclusiva da União. "Os Estados e Municípios só poderiam então legislar supletivamente e desde abrigados pela legislação federal." (Guillaumon, 1995: 2)

Após 1988, com a Constituição, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios ganham autonomia para legislar, mesmo que concorrentemente com o Governo Federal.

referentes ao Parque Estadual da Cantareira.

### O Código Florestal de 1934

O Código Florestal de 1934, elaborado no Governo de Getúlio Vargas com incentivo de pesquisadores de diversas organizações envolvidas com a conservação da natureza, como os Clubes de Amigos da Natureza, a Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro e a Sociedade de Amigos das Árvores, foi o primeiro documento legal do país que de alguma forma iniciou um processo sistêmico de conservação da biodiversidade brasileira.<sup>34</sup>

No mesmo período da elaboração do Código Florestal, entre maio de 1933 e outubro de 1934, uma série de códigos foi criada para a regulamentação da exploração e do uso dos atributos naturais brasileiros: minas, águas, caça e pesca.

Segundo o termo disposto no artigo 23,

*Nenhum proprietário de terras cobertas por matas poderá abater mais de três quartas partes da vegetação existente, salvo o disposto nos artigos 24 e 51. (Brasil, 1934)*

O historiador Warren Dean comenta:

---

34 Embora o Código Florestal de 1934 tenha sido o primeiro documento oficial promulgado pelo Governo federal acerca da utilização e conservação das florestas brasileiras, em 1901 o naturalista sueco Alberto Loefgren foi designado pelo Governo do Estado a chefiar uma comissão encarregada da elaboração de um Código Florestal brasileiro, entretanto a iniciativa não prosperou na esfera federal. Em 1912, Edmundo Navarro de Andrade tentou retomar a iniciativa, mas sem obter sucesso. (Guillaumon, 1995:2)

*O crucial é que o novo Código Florestal negava o direito absoluto de propriedade, proibindo, mesmo em propriedades privadas, o corte de árvores ao longo de cursos d'água, árvores de espécies raras ou que protegiam mananciais. Aos proprietários vedava cortar mais de três quartos restantes em sua propriedade. As indústrias eram obrigadas a replantar árvores suficientes para manter suas operações. (Dean, 2002:276)*

Entretanto, este artigo proporcionava aos proprietários de terras a liberdade de interpretação que lhes parecesse mais conveniente. Segundo o pesquisador Mauro Victor,

*O Código simplesmente omite se a restrição se refere à quarta parte da superfície florestal existente no momento de sua promulgação, ou se essa quarta parte deve prevalecer em relação a cada proprietário que adquire um terreno. Infelizmente é essa segunda interpretação que prevalece durante toda a vigência do Código de 34. (Victor, 1975:27)*

As lacunas verificadas neste artigo deixavam aos proprietários de terras a liberdade de interpretação, que na maioria dos casos, tendia a ser a mais vantajosa economicamente.

Porém, esta decisão foi uma das primeiras intervenções do governo federal em relação à propriedade privada, com vistas a promover o controle estatal sobre o território nacional sob a bandeira de um nacionalismo



modernizante.<sup>35</sup>

Além do artigo 23, havia um outro artigo no Código Florestal de 1934 que transferia diretamente o resguardo das florestas nativas do Estado para os proprietários de terras florestadas, assegurando-lhes por lei a possibilidade de promover alterações dos recursos naturais em suas propriedades.

*Art.19 - Visando ao maior rendimento econômico é permitido aos proprietários de florestas heterogêneas transformá-las em homogêneas, executando trabalho de derrubada, a um só tempo ou sucessivamente, de toda a vegetação a substituir, desde que assinem, antes do início dos trabalhos, perante a autoridade competente termo de obrigação de reposição de tratos culturais.(Brasil, 1934)*

Segundo este artigo, o Estado delegava aos proprietários de terras florestadas a decisão de manter a flora nativa ou transformá-la em mata homogênea. Ou seja, seguindo a lógica capitalista, podiam padronizar a plantação de espécies exóticas em terras privadas como a de *eucalíptus* ou *pinus*, o que lhes proporcionaria um grande

---

35 No artigo "A Busca do Verde Perdido" publicado no O Estado de São Paulo de 25/01/2004, caderno H32, José Alfredo Vidigal Pontes escreve: "Os jardins de 30 anos foram considerados velharias pela fúria tecnocrata, embrutecida pela obsessiva idéia de idéia de 'modernidade'". A mudança de consciência nos anos de crescimento econômico, industrial e populacional das grandes cidades reflete justamente esta idéia de troca de áreas verdes, consideradas rurais, para áreas cinzas, associadas ao progresso. Essa lógica começa a dar sinais de mudança com a conscientização ambiental da população e seus governantes.

rendimento econômico a curto prazo (em média 7 anos).

Além disso, o Código determinava a criação de uma guarda florestal e esboçava, pela primeira vez, com maior detalhamento, a base para a organização de parques e reservas. Este documento foi até 1965 o norteador das diretrizes legais para a conservação da fauna e da flora brasileiras. As leis elaboradas neste período (entre 1934 e 1965) tiveram como base o Código Florestal de 1934, mesmo sendo este superficial no que se refere à realidade ambiental do país.

As conceituações de Parque Nacional, Floresta Nacional e Floresta Protetora estabeleceram as como áreas protegidas por lei, descritas no Código da seguinte maneira:

*Parque Nacional - Florestas remanescentes de domínio público, onde era proibida qualquer atividade contra a flora e a fauna;*

*Floresta Nacional - Florestas de rendimento. Eram suscetíveis de exploração econômica;*

*Floresta Protetora - Florestas remanescentes em propriedade privada. Eram de preservação perene. (Brito, 2003: 54)*

Notamos que o conceito de Parque Nacional era bastante superficial e genérico, mas que, no entanto, foi a diretriz das políticas adotadas *a posteriori* em prol das matas nativas brasileiras e públicas. Ao Estado cabia o

dever de salvaguardar a fauna e a flora nacionais através dos Parques.

Ao analisarmos os termos promulgados pela Constituição Federal de 1934, que encarregava os governos dos estados e o governo federal da manutenção das "belezas naturais e dos monumentos de valor histórico ou artístico", vemos que a paisagem era a premissa para a criação dos parques nacionais.

O geógrafo Aziz Ab'Saber comenta que

*Todos os que se iniciam no conhecimento das ciências da natureza - mais cedo ou mais tarde, por um caminho ou por outro - atingem a idéia de que paisagem é sempre uma herança. Na verdade, ela é uma herança em todo sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades. (Ab'Saber, 2003:9)*

E continua ele:

*Mais do que simples espaços territoriais, os povos herdam paisagens e ecologias, pelas quais certamente são responsáveis, ou deveriam ser responsáveis. (Ab'Saber, 2003:10)*

Sobre esta noção de herança paisagística, o historiador Keith Thomas escreve que as árvores simbolizam a existência contínua da comunidade, uma vez que são mais

velhas do que qualquer habitante. Propiciam, assim, um vínculo com a eternidade. (Cf. Thomas, 2001)

*Nesse momento, hoje tão familiar a nós, de preservação de árvores, independentemente de suas conseqüências econômicas, podemos ver muitos fatores: entre eles, considerações de planejamento, o desejo de conforto e a sensação de que as árvores são intrinsecamente belas. Entretanto, as pessoas queriam preservar as árvores não somente devido à sua aparência mas também àquilo que elas simbolizavam. Os homens adoravam suas associações, sua antiguidade, seu vínculo com o passado. Um anelo de continuidade, um convite à imortalidade familiar e uma tentativa a investir as árvores de atributos humanos foram fatores importantes. (Thomas, 2001:266)*

Monteiro Lobato<sup>36</sup> também ilustra de forma clara a idéia do quanto a árvore está intrinsecamente ligada à história em nossa sociedade. Segue um trecho do "Conto Argentino", do livro *Histórias Diversas* (pg.295-296):

*- Todos os seres têm o direito de viver suas vidas até o fim. É nos velhos, como teu avô, que estão a experiência e a sabedoria da vida, e é nas velhas árvores, como este seibo, que estão a*

---

36 Monteiro Lobato (1882-1948) foi um dos precursores da Ecologia como ciência aplicada no Brasil. Por sua vida de escritor e político, Lobato reuniu passagens interessantes sobre a preocupação com o futuro do país no que tange às questões ambientais, como vistas em sua obra *Urupês* (1918). Trechos relativos à temática ambiental na obra de Monteiro Lobato foram reunidos numa coletânea feita por Hilda Junqueira Villela Merz. Vide LOBATO, Monteiro. *Meio Ambiente: Coletâneas breves, com o melhor do pensamento de Monteiro Lobato sobre os mais variados assuntos de interesse e atualidade*. SP: Ed. Brasiliense, s.d.

*beleza e a poesia dos parques.(...) Note que neste seibo há algo mais que velhice, há história... (Lobato, s.d.:pg.10)*

O conceito de paisagem estética evidencia-se na legislação ambiental brasileira até a década de 60, quando o Estado inicia um processo de valorização do espaço, seja ele modificado ou não. Estes aspectos serão discutidos mais adiante.

Em 1937, o primeiro parque nacional criado (com base no Código Florestal de 1934), o Parque Nacional de Itatiaia visava tanto a conservação da paisagem ali existente como o resguardo de porções do território nacional que tivessem valor científico e, sobretudo, estético. O pressuposto inicial para a destinação de áreas para preservação era, fundamentalmente, a socialização e o usufruto da beleza cênica por toda a população. (Cf. Brito, 2003:56)

*Metaforizar as transformações do discurso através de um vocabulário temporal conduz necessariamente à utilização do modelo de consciência individual, com sua temporalidade própria. Tentar ao contrário decifrá-lo através de metáforas espaciais, estratégicas, permite perceber exatamente os pontos pelos quais os discursos se transformam em, através de e a partir das relações de poder. (Foucault, 2002:158)*

As metáforas geográficas sobre as quais Michel

Foucault discorre são relacionadas a termos comumente utilizados pela geografia clássica, como território, espaço, campo, solo, domínio, deslocamento e horizonte<sup>37</sup>. Para ele, a geografia produz poucos conceitos, retirando-os de outras áreas.

*O espaço é o que estava morto, fixo, não dialético, imóvel. Em compensação, o tempo era rico, fecundo, vivo e dialético. (Foucault, 2002:159)*

Nesses trechos, Foucault propõe a análise do espaço no tempo ao deslocar a discussão do campo subjetivo para o plano concreto, ou seja, do individual (percepção única do tempo) para o coletivo (percepção espacial do processo de transformação).

Ao analisarmos o Código de 1934, notamos que no processo histórico os campos de poder deslocam-se com o tempo. As intenções do Código Florestal de 1934 se distinguem das do Código Florestal. O Código Florestal de 1934 vigorou até 1965, quando uma revisão mais completa e detalhada foi editada.

Ao analisar os Códigos Florestais de 1934 e de 1965

---

37 Segundo Foucault "território é sem dúvida uma noção geográfica, mas é antes de tudo uma noção jurídico política, aquilo que é controlado por um certo tipo de poder. Campo: noção econômico-jurídico. Deslocamento: um exército, uma tropa, uma população de deslocam. Domínio: noção jurídico-política. Solo: noção histórico-geográfica. Região: noção fiscal, administrativa, militar. Horizonte: noção pictórica, mas também estratégica. Destas, só uma noção é verdadeiramente geográfica, a de arquipélago." (Foucault, 2002:157)

é imprescindível a contextualização desses textos legais. Os dois códigos refletem a mentalidade ambiental de uma época e de gerações baseadas no crescimento econômico do país. Modelo de crescimento que, hoje sabemos, comprometeu e ainda compromete o meio ambiente das cidades e suas populações. Chamemos esse modelo de "crescimento a qualquer custo".

### **A Lei Estadual 6.884/62**

A lei estadual n. 6.884, de 29 de agosto de 1962, elaborada pelo Governo do Estado de São Paulo, teve como base o Código Florestal de 1934. Ela dispõe sobre os Parques e Florestas Estaduais, Monumentos Naturais e dá outras providências.

A federação dava autonomia aos governos estaduais de gerenciamento das áreas de preservação permanente que lhes eram de responsabilidade espacial. Este fato é vigente até hoje.

O Governo do Estado de São Paulo, através do Serviço Florestal, setor vinculado diretamente à Secretaria Estadual de Agricultura, elaborou uma série de documentos legais ao longo dos anos para a preservação de áreas de relevância ambiental, como o Parque Estadual da Cantareira.

Um desses documentos se refere a Lei n.6.884/62, que discorre especificamente sobre Parques Estaduais. Este documento, notoriamente, é mais detalhado e específico no

que se refere a essa categoria de área de preservação permanente em comparação com a sua base - o Código Florestal de 1934, vigente na época.

Para a lei, Parque Estadual é definido da seguinte forma:

*Art. 1º . Os parques estaduais são áreas de domínio público, destinadas à conservação e proteção de paisagens e grutas da flora e da fauna. (São Paulo:1962)*

Como a lei acima estabelece, os Parques Estaduais são áreas de preservação de domínio público e seu valor está na área preservada e não na possibilidade de riqueza comumente vista pelo olhar capitalista, que cria valores pela bandeira de um progresso rápido.

Muitas vezes, os recursos naturais são dotados de valores econômicos criados no processo histórico, como é o caso da água (para o abastecimento) e da madeira (para corte). É preciso atentar para o momento em que os recursos naturais praticamente intocados terão seus valores agregados de forma consciente, não como uma possibilidade de ganho rentável através de seu extermínio imediato ou do uso insustentável, mas pela possibilidade de preservação do que resta para garantir melhor qualidade de vida aos cidadãos.



*Hoje em dia, quando as matas encolhem a menos da metade do espaço deixado ao desenvolvimento urbano, nossa atitude é muito diferente: consideramos que é melhor plantar árvores que derrubá-las. É no início do período moderno que repousam as origens dessa nova atitude. Evidentemente, não houve uma volte-face, uma guinada dramática da destruição para a preservação de árvores. Não obstante, o surgimento de uma atitude mais simpática para com elas é um fato incontestável. (Thomas, 2001:235)*

O que percebemos, entretanto, é que essa transformação de consciência e de ação da qual o historiador Keith Thomas se refere é uma mudança de ordem prática e imediata.

A natureza é parte de uma construção sociocultural que sistematiza códigos diversos, como simbolismos e práticas materiais ou técnicas com as quais o homem interage com o meio. Esses códigos são edificados a partir das relações humanas específicas de cada grupo social. Então, pensar em conservação é, antes de tudo, pensar em uma prática social.

A partir do momento que uma área é delimitada para a "preservação artificial"<sup>38</sup>, não podemos mais designá-la de natural, pois, na medida em que a delimitação é feita, uma experiência social é detectada, tornando-se, assim, um ambiente criado.

---

38 Segundo Thomas (2001), a idéia de preservação artificial se refere à delimitação antrópica sobre uma área natural, seja qual for seu fim.

O Parque Estadual da Cantareira foi criado em 1963 com base na lei 6.884/62, sendo que para sua fundação, outro decreto-lei foi elaborada: o n.4.626/63.

**Decreto-Lei n.41.626 de 30 de janeiro de 1963**

Como já foi dito anteriormente, a área do atual Parque Estadual da Cantareira foi tombada no final do século XIX como Reserva Florestal para a preservação das fontes de água que abastecem até hoje a cidade de São Paulo. A mudança de modalidade de unidade de conservação aconteceu no ano de 1963 com a criação do Parque Estadual da Cantareira, a partir do Decreto-Lei n.41.626.

O caráter de Reserva Florestal, que se destina à preservação e aos estudos científicos, se amplia com a criação do Parque Estadual. Esta modalidade tem a função de proporcionar, além de estudos científicos, a recreação e a educação ambiental.

*O fato da Reserva da Cantareira se encontrar incluída na Grande São Paulo, com seus 8 milhões de habitantes (17 milhões estimado para 1990), é um fator predominante na decisão de qual alternativa seria melhor para atender a necessidade do povo. Atualmente, apenas 3% da área da Grande São Paulo estão disponíveis para uso recreativo e esta área é limitada aos Parques Municipais, Jardins Zoológicos e outros meios urbanos. A grande procura para recreação, esgotou completamente os meios disponíveis. Embora a Reserva não possa ser*

*possivelmente desenvolvida numa extensão que satisfaça as necessidades atuais, pode suprir algumas dessas carências, proporcionando oportunidades de recreação não praticáveis atualmente e, o mais importante, proporcionar oportunidades de educação sobre o meio ambiente para informar aos estudantes e ao público em geral, a importância do relacionamento que existe entre o homem e a natureza.*(Negreiros, 1974:17)

O Parque Estadual da Cantareira começou a ser pensado efetivamente como um veículo de educação, recreação, estudos científicos e preservação somente a partir da elaboração de seu Plano de Manejo, no ano de 1974. Assunto que trataremos adiante.

Notamos que a mudança prevista pelo Decreto-Lei de Reserva para Parque Estadual não ocorreu de fato. O Artigo 11 do decreto diz:

*Nesta data, os seguintes Parques e as Florestas Estaduais estão sob responsabilidade do Serviço Florestal do Estado [...] (São Paulo, 1963)*

Entre as 10 áreas mencionadas no documento está a Cantareira. Mas, o decreto trata somente da transferência de responsabilidade sobre a área de conservação e não da transformação de Reserva em Parque.

Porém, o que temos de observar é que a noção de Parque remete-se somente às normas burocráticas, sendo que a nomenclatura pode mudar novamente a qualquer momento.

Temos de pensar sobre o que representa a área a ser conservada e não na terminologia empregada. Assim sendo, datar a criação do Parque Estadual da Cantareira no ano de 1963 perde toda a razão de ser, pois a área já havia sido criada para conservação desde o final do século XIX.

### **O Código Florestal de 1965**

Editado em 1965, o Novo Código Florestal foi elaborado para permitir uma mais completa abordagem das questões ambientais brasileiras daquela época. Proposto pelo Poder Executivo face ao precário cumprimento do Código Florestal de 1934, o novo documento determinava a aplicação mais direta da defesa do patrimônio ambiental do país.

*Um documento legal, elaborado para induzir a um melhor equilíbrio na organização dos espaços herdados da natureza, e sujeito às mais esdrúxulas formas de utilização, por ações antrópicas, historicamente cumulativas. (Ab'Saber, 2000: 75)*

Seguindo o raciocínio do geógrafo Aziz A'Saber, a relevância do Código Florestal de 1965 foi impor um freio à transformação de todos os espaços em mercadoria, pelo menos em teoria. O distanciamento entre teoria e ação é justamente a problemática das muitas discussões na área das ciências humanas no Brasil sobre a rica legislação

ambiental do país pós 1988.<sup>39</sup>

Artigos mais específicos e práticos em relação às unidades de conservação nacionais foram elaborados no novo Código, como por exemplo, as categorias de áreas protegidas:

*Parque Nacional e Reserva Biológica - Têm a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos. Nessas áreas é proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais.* (Brasil: 1965)

As unidades de conservação das categorias Parques Nacionais e Reservas Biológicas foram estabelecidas para a utilização consciente das áreas protegidas, segundo determinantes complexas que envolvem a conservação da fauna e da flora juntamente com projetos sociais de educação e recreação ambiental, além de estudos científicos.

Para que tal artigo fosse devidamente cumprido, o poder público na época não previa a elaboração de planos de manejo para tais áreas preservadas, impossibilitando, na maior parte dos casos, o pleno cumprimento do Código.

Além disso, segundo Mauro Victor, o novo documento confunde a propriedade da floresta com a propriedade de solo. Desse modo, a área protegida ganha valor

---

39 Constituição de 1988.

mercadológico como outra qualquer da cidade, em que se pode comercializar o espaço.

Esse embate entre conceitos de propriedade da floresta e propriedade de solo inibe a ação efetiva de conservação das áreas silvestres. Os conflitos por parte de segmentos da iniciativa privada pressionam o governo, dificultando o cumprimento da lei, tendo em vista a fragilidade de fiscalização dessas áreas. A especulação imobiliária é um dos exemplos de desajuste na elaboração e no entendimento de conceitos como estes. Como segue:

*Todas as limitações ao uso da floresta, que o poder público queria fazer, colidem com o direito de propriedade, enfraquecendo bastante a adoção de medidas estratégicas e saneadoras. (Victor: 1975:39)*

De 1965 a 2005, ou seja, 40 anos de vigência do Código Florestal, mudanças em vários artigos do documento foram feitas e a discussão para a elaboração de uma base legal mais detalhada e completa sobre a rica biodiversidade brasileira já foi iniciada.

O que fica claro é que para a elaboração deste novo documento é necessário que a sociedade, seja ela científica ou interessada, participe efetivamente. Pesquisadores das áreas das ciências humanas podem contribuir em várias esferas de análise, uma vez que praticamente todos os biomas brasileiros já sofreram interferências antrópicas.

O estudo da ecologia, segundo Edgar Morin, tem de ser complexo porque na natureza

*a unidade e a diversidade extrema, a ordem e a desordem extrema, a solidariedade e o antagonismo extremo, não apenas coexistem, mas estão ligados pela necessidade. (Morin, 2002:37)*

A complexidade, para o autor, se traduz em conhecimento, em auto-organização dentro de uma aparente desordem generalizada. São estes, portanto, pólos de divergências que convivem entre si e que movimentam a vida na Terra. Seguem a relação espiral constante entre *physis* - *bios* - *antropos*. Uma relação bioantropológica.

#### **A lei 10.228, de 24 de setembro de 1968**

A lei que dispõe sobre a criação do Parque Estadual da Cantareira é o documento que registra a criação daquela Unidade de Conservação. Porém, a lei a nomeia como Parque Turístico e não Parque Estadual. Um erro no texto que, para fins legais, descaracteriza conceitualmente a proposta de Parque Estadual, a qual destina a área para fins educacionais, estudos científicos e conservacionistas.

Além disso, o Artigo 1º do texto indica que a área é constituída

*em sua totalidade, das terras que compõem o Horto Florestal da Serra, subordinado à Secretaria da Agricultura.*

Outro ponto pendente da lei situa-se na inexistência de um memorial descritivo que indique as fronteiras reais do parque.

*Às vezes, decretos sucessivos reafirmavam ou reatribuíam o status protegido de uma reserva, um sinal de ineficácia do decreto original ou da intenção de administrações posteriores de obter crédito sem qualquer custo orçamentário. Diversos órgãos competiam no exercício de autoridade sobre tais reservas, muito embora, no final, os executivos federal, estadual e municipal anulassem as decisões das agências ambientais sempre que intervinha algum outro propósito imediato. (Dean, 2002:325-326)*

A citação acima nos apresenta uma constante no tocante às políticas ambientais no Brasil. Decretos, leis, resoluções e normas são sobrepostas sem nenhum estudo prévio. Este é o caso do decreto que trata da criação do Parque Estadual da Cantareira (lei 10.228/68) e o decreto que trata da transferência de gerenciamento da área (decreto 41.626/63).

A confusão se reflete até hoje. O decreto de 1963 é usualmente citado como o de criação do Parque, ao passo que a lei de 1968 não é citada.

#### **Plano de Manejo para o Parque Estadual da Cantareira (1974)**

Somente em 1979, a obrigatoriedade de planos de gerenciamento de tais áreas foi determinada. Contudo, o



Parque Estadual da Cantareira foi uma das primeiras unidades de conservação do Brasil a receber um plano de manejo específico para sua área, no ano de 1974.

O *Plano de Manejo para o Parque Estadual da Cantareira*, elaborado em 1974 por técnicos e pesquisadores do Instituto Florestal do Estado de São Paulo juntamente com os da FAO-Chile<sup>40</sup>, teve como proposta básica, por meio de levantamento da área de preservação do Parque Estadual da Cantareira, um mapeamento espacial e de seu potencial de utilização com base na legislação vigente, a qual designava aos Parques a manutenção de sua área para preservação, estudos científicos, educação ambiental e recreação passiva.

A importância de um estudo detalhado sobre essa área específica é mencionada no Plano de Manejo, ao se verificar que o Parque Estadual da Cantareira situa-se

*Praticamente a 11 km em linha reta do centro de uma cidade que tem 6 milhões de habitantes [hoje mais de 10 milhões na cidade e 20 milhões na RMSP], os problemas que enfrenta são inúmeros, abrangendo desde a necessidade de satisfazer a demanda crescente de áreas recreacionais até, possivelmente, a especulação em torno do uso indevido de sua área. A elaboração de um plano de manejo que define o que deve e o que não pode ser feito dentro de seus limites, permitindo o uso com bases conservacionistas,*

---

40Organização de Alimentos e Agricultura da Nações Unidas.

*educativas e recreacionais é essencial para sua manutenção. (Negreiros, 1974:3)*

Além das inúmeras desvantagens ecológicas provenientes do avanço das cidades em direção ao PEC, há as desvantagens estéticas do progresso econômico.

O estudo analisado é resultado da diretriz adotada pelo Instituto Florestal, setor diretamente vinculado à Secretaria Estadual de Agricultura, através de sua Divisão de Reservas e Parques. Essa foi uma das primeiras iniciativas do Estado brasileiro, representado aqui pelo Governo do Estado de São Paulo, de elaboração de um documento gerenciador de áreas protegidas.

Somente em 1979 foi promulgado o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros, decreto n. 84.017, que introduziu a necessidade de elaboração de planos de manejo para todos os parques brasileiros. Segundo o regulamento, o plano de manejo é entendido como:

*projeto dinâmico que, utilizando técnicas do planejamento ecológico, determine o zoneamento de um Parque Nacional, caracterizando cada uma de suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades. (Brito, 2003:61)*

No ano de 1974, o conceito de Unidade de Conservação ainda não era mencionado. Existiam os conceitos de Parques Nacionais e Estaduais, Florestas, Reservas,

entre outros, mas não havia um sistema integrativo. Os únicos documentos nacionais que, até aquele momento, vigoravam e que de alguma forma integravam as áreas de preservação eram os Códigos Florestais de 1934 e, posteriormente, de 1965.

No ano de 1979, foi proposta pelo Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Florestal (IBDF) a *I Etapa do Plano do Sistema de Unidades de Conservação para o Brasil*.<sup>41</sup>

O *Plano de Manejo para o Parque Estadual da Cantareira* foi elaborado por uma série de pesquisadores da área das ciências florestais, com o apoio de fotos aéreas e de mapas. Eles tiveram a preocupação de mapear a região conforme as possibilidades de utilização para o gerenciamento da área, apesar do escasso período de apenas quatro dias para o estudo de campo da região. Segundo a publicação desse estudo, o Parque da Cantareira

*representa hoje em dia um patrimônio inestimável que poderá proporcionar o reencontro do homem com a natureza mediante atividades de caráter científico, educativo e recreacional. O presente Plano de Manejo é uma proposição para que tais atividades possam ser desenvolvidas baixo critério*

---

41 O IBDF foi criado em 1967 pelo decreto-lei n.289, como uma autarquia do Ministério da Agricultura. "Esse instituto substituiu o departamento de Recursos Naturais Renováveis, do mesmo Ministério, que havia sido criado em 1963, em substituição ao serviço Florestal Federal. Ao IBDF cabia orientar, coordenar e executar as medidas necessárias à utilização racional, à proteção e conservação dos recursos naturais renováveis e ao desenvolvimento florestal do país." (BRITO, 2003:58)

*integrado e conservacionista.*(Negreiros, 1974: sinopse)

O estudo propôs cinco grandes planos de manejo específicos para o Parque Estadual da Cantareira e tópicos relativos ao Parque da Capital (atual Horto Florestal ou Parque Estadual Alberto Loeffgren), todos eles mantendo ligação direta com o Código Florestal de 1965, documento norteador das políticas ambientais brasileiras até então. Os planos se referem à utilização da área para os seguintes fins:

A. de proteção da vida silvestre e da vegetação e fornecimento de água, sendo o uso da área do Parque Estadual da Capital estendido ao Núcleo Pedra Grande do Parque Estadual da Cantareira.

B. de produção de madeira, árvores de natal e outros produtos florestais visando compensação econômica.

C. de desenvolvimento educacional sobre o meio ambiente.

D. de potencial turístico com a construção de hotéis, restaurantes e passeios eco-turísticos.

E. de tarefas de ensino sobre o meio ambiente e oportunidades de recreação pública para o uso público.(Negreiros, 1974:16)

Dessas propostas de manejo, o tópico E foi o escolhido como o de maior abrangência para as necessidades

da população da Grande São Paulo. Sendo as outras alternativas descartadas, *a priori*, com base argumentativa bastante satisfatória no que se refere ao valor atribuído à área de preservação e sua melhor utilização pela comunidade visitante.

*Embora a reserva não possa ser possivelmente desenvolvida numa extensão que satisfaça as necessidades atuais, pode suprir algumas dessas carências proporcionando oportunidades de recreação não praticáveis atualmente e, o mais importante, proporcionar oportunidades de educação sobre o meio ambiente para informar aos estudantes e ao público em geral, a importância do relacionamento que existe entre o homem e a natureza. (Negreiros, 1974:17)*

No entanto, ao visitarmos o Núcleo Águas Claras, notamos uma quantidade bastante grande de *pinus*, ou seja, espécie exótica. Na década de 60 e 70, uma pequena área nativa do parque foi substituída por essa espécie com a finalidade de angariar fundos para o Serviço Florestal. Isto é indicado no Plano de Manejo:

*Produção de Madeira, árvores de natal e outros produtos florestais, acrescidos de algumas finalidades recreativas compatíveis com a máxima produção de água. Plantações experimentais de várias espécies de árvores exóticas têm mostrado um bom índice de crescimento, forma e uma boa compensação econômica. Há uma grande procura de*

*árvores de natal, que crescem no período de 2 a 3 anos. (Negreiros, 1974, p.16)*

Agregar valor monetário à UC era um dos intuitos da Serviço Florestal do Estado de São Paulo (SF). Órgão vinculado diretamente à Secretaria Estadual de Agricultura, o SF mantinha estudos avançados sobre espécies exóticas e silvicultura. Trabalho até hoje exercido pelo Instituto Florestal. Após o plantio, nenhuma árvore foi cortada, sendo que vemos *pinus* com mais de 30 anos de idade.

Os objetivos fixados pelo Plano de Manejo para o Parque Estadual da Cantareira foram:

- 2. Manter a produção máxima de água, compatível com os outros objetivos de manejo.*
- 3. Manter os animais silvestres nos níveis compatíveis com seu "habitat" natural e preservar a natureza e a cobertura vegetal.*
- 4. Proporcionar oportunidades de educação sobre o meio ambiente para o uso de escolas, organizações e do público em geral.*
- 5. Proporcionar o máximo de oportunidades de recreação que não colidam com outros objetivos de manejo. (Negreiros, 1974:19)*

Dentre os objetivos, o Plano de Manejo propõe planos de desenvolvimentos específicos para a atuação da administração do PEC junto ao público visitante. Todavia, todos eles com o fim básico de educar o cidadão para lidar com o meio ambiente, através da compreensão da história

natural da área e da relação do homem com o meio natural em que vive.

No tópico 8 do *Plano de Manejo para o Parque Estadual da Cantareira*, algumas recomendações são propostas pelos pesquisadores. Entre elas, a transformação de Reserva em Parque Estadual e a integração da área de preservação em seu contexto regional, "integrando-se todas as entidades que nelas possam intervir (Município, Estado e Governo Federal)." (Negreiros, 1974:44)

*É necessário lembrar que este plano de manejo foi desenvolvido numa base conceitual com um mínimo de investigação de campo. Conseqüentemente, o próximo passo para o processo de planejamento será fazer uma investigação intensiva no local, planejamento para cada área prevista para o desenvolvimento e seus acessos. (Negreiros, 1974:29)*

Após 14 anos da elaboração do primeiro Plano de Manejo, outro estudo foi feito sobre a área, uma espécie de revisão das pesquisas e dos pareceres contidos no texto inicial.

### **Resolução 18, de 04 de agosto de 1983**

As áreas do Parque Estadual da Cantareira e do Parque Estadual Alberto Loeffgren (Horto Florestal) foram tombadas pela Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo,

no ano de 1983, por serem considerados patrimônios culturais paulistas.

A idéia de que uma área de conservação é um patrimônio cultural é bastante interessante e nos encaminha para uma discussão sobre a relação homem/cultura/natureza.

*Para conceber o bios, temos de conceber-nos a nós próprios, sujeitos vivos e da espécie Homo sapiens, seres simultaneamente biológicos e metabiológicos, hiper e supervivos, superanimais e supermamíferos, e de servir-nos dos caracteres hipersupervivos, inclusive a inteligência conceitual, que se desenvolveram a hominização. (Morin, 2002:505)*

Segundo Morin, a vida humana situa-se numa teia de relações biológicas e culturais indissociáveis. Essa teia forma um metassistema que nos permite objetivar a vida, fazendo-nos notar que somos sujeitos observadores/*conceptores*<sup>42</sup>, situados *hic et nunc* numa cultura e numa história, afetados por projeções socioculturais constantemente que, de certa forma, afetam nossa plena visão da vida. (Cf. Morin, 2002:505)

Marx, nos *Manuscritos de 1844*, comenta que a natureza é o "corpo não-orgânico do homem":

---

42Grifo do autor.



*Dizer que a vida psíquica e intelectual do homem está indissolavelmente ligada à natureza não significa outra coisa senão que a natureza está indissolavelmente ligada com ela mesma, pois o homem é uma parte da natureza. (Lowy, 2005:21)*

A cultura está intrinsecamente relacionada à relação homem e natureza, na qual o homem transforma o meio natural e o adapta às suas novas formas de viver, transformando-o em um ambiente artificial.

Segundo a resolução 18, de 4 de agosto de 1983, o então secretário extraordinário da Cultura resolve:

*Artigo 1º - Fica tombada a área da reserva estadual da Cantareira e Parque estadual da Capital (Horto Florestal) gerenciada pelo Instituto Florestal da Secretaria da Agricultura, que, a par com seu grande valor, geomorfológico, hidrológico e paisagístico, tem a condição múltipla de banco genético, de natureza tropical, dotada de ecossistemas representativos em termos de flora e fauna, sendo também região capaz de funcionar como espaço serrano regulador para a manutenção das qualidades ambientais e dos recursos hídricos da região metropolitana da grande São Paulo. No tombamento ora definido incluem-se a chamada "Pedra Grande", batolito granítico que aflora a um ponto 50 metros de altitude, da qual se descortina uma ampla vista da cidade de São Paulo, e a bomba d'água com edificação que abriga relíquia histórica dos primórdios do abastecimento da cidade, datada de 1906 movida a vapor, localizada na Barragem do Engordador. (São Paulo, 1983:13)*

Notemos que o artigo acima citado se refere principalmente à realidade física da área de tombamento. Fato que é entendido ao vermos que quem encabeça o movimento para o tombamento da área e preside o Conselho de Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo é o professor e geógrafo Aziz Ab'Saber. Segundo ele, todas as serrinhas de São Paulo foram indicadas para o processo de tombamento por sua importância ecológica para o sítio urbano de São Paulo.

Algumas diretrizes foram criadas e citadas na Resolução 18, que tiveram como base o Plano de Manejo.

#### **Programa de Manejo do Parque Estadual da Cantareira (1988)**

Com base no documento anterior, o *Plano de Manejo para o Parque Estadual da Cantareira*, foi elaborado um segundo documento gerenciador para a área de preservação, intitulado *Programa de Manejo do Parque Estadual da Cantareira*, do ano de 1988.

Entretanto, o processo de elaboração continuou a ser feito da mesma forma: somente os pesquisadores ligados ao Instituto Florestal participaram da sua confecção. Apesar disso, o trabalho foi mais completo, pois abrangeu maior número de questões e contemplou quatro grandes programas de manejo: administração, proteção, uso público e manutenção.

*Com Plano de Manejo (Negreiros et alii, 1974) elaborado em função dos problemas e pressões que começavam a ocorrer, nem sempre são exclusivamente por condições econômicas da população, mas provavelmente por um despreparo quanto ao conhecimento da importância dos recursos naturais, suas funções e os motivos que tornam necessário a preservação destas unidades, fatos que nos conduziram ao estabelecimento dos Programas de Manejo [...], calcados nos objetivos estabelecidos e na alternativa de Manejo 'E' do mencionado Plano. (São Paulo, 1988:2-3)*

Com a continuidade do crescimento de São Paulo, assim como das áreas de entorno do Parque Estadual da Cantareira que integram o território dos outros três municípios, Aziz Ab'Saber propõe como solução para a contenção do avanço das ocupações, que segundo ele "chegou ao limite das serrinhas florestadas", e para o impacto que este fator pode causar ao Parque a criação de hortos ao longo da região fronteira, sejam eles privados ou públicos. Isto já acontece com o Parque Estadual Alberto Loefgren, que funciona como zona tampão de parte do Parque Estadual da Cantareira.<sup>43</sup>

A execução de discussões e diretrizes para o gerenciamento da área de preservação, especificamente o Parque Estadual da Cantareira, por se localizar na RMSP, é impulsionada, na maior parte dos casos, por pressões

---

43 Informação retirada de reunião pessoal com o estudioso, em 19/03/04, no IEA-USP

externas como as de empresas que têm a intenção de utilizar sua área para fins específicos. Furnas e Sabesp são casos para exemplificação.

### **A Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo**

Instituído pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), o Programa MaB "O Homem e a Biosfera"<sup>44</sup> concede a algumas áreas do planeta, que se destaquem por seu valor ambiental e humano, o título de *Reserva da Biosfera*. Cerca de 360 áreas de todo o globo foram contempladas com esse título, sendo assim formada uma rede internacional.

*As Reservas da Biosfera objetivam uma correta gestão de seus recursos naturais e a busca do desenvolvimento sustentável através da pesquisa científica, da conservação, da biodiversidade, da promoção social e da integração dos diversos agentes atuando dentro e ao redor da Reserva.*  
(Forest & Victor, 2000:109)

Em 9 de junho de 1994, a UNESCO declarou a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo, parte integrante da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

Porém, anos antes, durante a ditadura militar brasileira, os esforços para a criação das Reservas da

---

44 The Man and the Biosphere - Mob.

Biosfera foram em vão. O governo alegava, então, que o programa fazia parte de uma conspiração internacional. (Cf. Dean, 2002:324)

A proposta da Reserva da Biosfera é integrar a ação do homem ao seu meio natural de forma consciente, através, principalmente, da educação ambiental e da inclusão social.

*Diferentemente das Reservas da Biosfera baseadas exclusivamente em áreas naturais preservadas com fracas interferências antrópicas, a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo tem a árdua tarefa de encontrar propostas para a preservação de toda uma região que sofre o impacto da segunda maior metrópole do mundo e, com isso, em aparente paradoxo, contribuir para a própria metrópole quanto a proteção e a recuperação de seus mecanismos vitais e da qualidade de vida de seus habitantes.*(Forest & Victor, 2000:110)

As zonas núcleo da Reserva da Biosfera abrangem os Parques Estaduais da Cantareira, Alberto Loefgren, do Juquery, do Jaraguá, do Juruará, da Serra do Mar, da Laje de Santos e Xixová-Japuí, além da Estação Ecológica de Itapevi e da Reserva Estadual Morro Grande.

Para gerenciar a área da Reserva foi montada no Instituto Florestal uma equipe de trabalho que tenta angariar recursos junto a entidades nacionais e internacionais para viabilizar a implementação de programas e projetos dentro das propostas da UNESCO.

O reconhecimento de áreas específicas pela Unesco fortalece pedidos de financiamento para proteção da natureza ao Banco Mundial, fundações estrangeiras e organizações ambientalistas internacionais. Com essa facilidade, os governos dos Estados prontamente assinam os documentos necessários para a efetivação das reservas.

### **O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)**

A partir do ano de 2000, o referencial mais importante para a conservação da natureza no Brasil passou a ser a Lei 9985, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

Este foi, de fato, o primeiro documento elaborado pelo governo federal que sistematiza as UCs nacionais. Alguns pontos do texto se destacam por serem considerados avanços na legislação ambiental do país. Entre eles, as exigências da elaboração de planos de manejo para todas as UCs; e a exigência de criação de Conselhos (consultivos ou deliberativos) para a gestão de UCs, que envolvam vários segmentos da sociedade.

O documento é composto por sete capítulos: 1) Das disposições Preliminares; 2) Do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC; 3) Das Unidades de Conservação; 4) Da Criação; 5) Dos Incentivos, Isenções e Penalidades; 6) das Reservas da Biosfera; 7) Das Disposições Gerais e Transitórias.

Segundo consta no Capítulo 3 - *Das Categorias de Unidades de Conservação*, Artigo 11,

*O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.*  
(Brasil, 2000:19)

Além disso, o Parque é de posse e domínio públicos, e a utilização de sua área deve seguir o que dispõe a lei. O Parque Estadual da Cantareira segue hoje, portanto, esse documento norteador de ações, o SNUC.

Podemos ver claramente, através dos textos analisados, desde o Código Florestal de 1934 até o SNUC, o percurso das políticas públicas na área do meio ambiente.

*De 1930 até os dias atuais, o processo de formulação e implementação de políticas ambientais no Brasil pode ser dividido em três momentos distintos: O primeiro momento, que vai até 1971, foi marcado pela ação de um Estado centralizador na definição de códigos regulatórios de uso dos recursos naturais e de um incipiente aparato institucional para tratar das questões relacionadas com a proteção da natureza. A partir de 1972, as políticas ambientais são influenciadas, de um lado, pela consciência global de uma crescente crise ecológica e, de outro, por políticas*

*estruturadoras, modernizantes e integradoras articuladas numa estratégia, no mais das vezes contraditória, de um desenvolvimento econômico.*

*Em 1988, a promulgação de uma nova Constituição indicou alguns dos principais fundamentos do terceiro momento das políticas ambientais no país, que chega até os dias atuais. Os conceitos de desenvolvimento sustentável, manejo de recursos naturais e democratização e descentralização das decisões tornam-se influentes. Organismos internacionais, Ongs e corporações passam a integrar tanto a elaboração quanto a implementação de políticas ambientais. (Coelho & Cunha in Cunha & Guerra, 2003:75)*

Alguns documentos ainda constituem as bases para as novas políticas ambientais brasileiras. Entre eles, o Código Florestal de 1965.

O geógrafo Aziz Ab'Saber propõe uma revisão mais detalhada do Código Florestal de 1965, em vigor até hoje, salvo algumas alterações no decorrer dos anos. Para a maior abrangência das necessidades ambientais brasileiras, ele sugere a elaboração de um Código da Biodiversidade, baseado em estudos feitos por técnicos, pesquisadores e comunidades interessadas na defesa do meio ambiente nacional e da qualidade de vida na Terra. Em suas palavras: "Sugere-se que o chamado Código Florestal seja ampliado para a condição de um Código de Biodiversidades Regionais e Recursos Hídricos" (Ab'Saber, 2000:78).



O Código Florestal brasileiro - elaborado há quase meio século - funcionou como documento legal endereçado ao gerenciamento da organização imposta pelos homens sobre os espaços naturais, herdados de um longo processo geológico, fitogeológico e biológico. Pela evolução dos conhecimentos científicos, no contexto do fim do século e do milênio, o clássico documento elaborado pelas elites culturais do passado carece de adaptações a novas circunstâncias. E, sobretudo, ampliações que o estendam para a proteção ou manejo de todas as áreas de biodiversidades regionais do país: Amazônia, Caatinga, Brasil Tropical Atlântico, Cerrados, Planalto das Araucárias e Pradarias Mistas do Rio Grande do Sul. Sem esquecer, evidentemente, a fachada atlântica inter e subtropical brasileira. Para interferir no Código que possuía aparentemente um endereço para **florestas**, há de se exigir a presença e as opiniões técnicas e científicas de personalidades ilibadas, conhecedoras do país em seu todo. Técnicos e cientistas conhecem as sutilezas e vocações de todas as regiões naturais e tipos de espaços geográficos e econômicos. Evidentemente que - para elaborar um novo Código Florestal - não basta apenas o conhecimento da organização natural dos espaços (domínios morfoclimáticos e fitogeográficos): mas torna-se imprescindível conhecer em profundidade a realidade dos cenários e defeitos da organização (ou desorganização) criados pelos homens e pela natureza sobre velhas heranças da natureza. (Ab'Saber, 2000:75)<sup>45</sup>

Aziz Ab'Saber propõe um novo código para cuidar dos inúmeros ambientes ecológicos do país. Um dos pontos

---

45 Grifo do autor.

importantes para a discussão do Código de Biodiversidade é a situação das Unidades de Conservação localizadas em grandes centros urbanos, como é o caso do PEC e a RMSP.

Muitas características específicas da relação efetiva entre ambiente natural e ambiente construído devem ser levadas em consideração ao passo que no Código Florestal de 1965, assim como o SNUC, realidades dessa relação não são nem comentadas.

As unidades de conservação criadas nas décadas passadas eram um emaranhado de sobreposições. Na década de 80, por exemplo, havia 20 classes distintas de Reserva, criadas por uma multiplicidade de instrumentos legais (decretos, leis, resoluções, normas e outras), além de algumas unidades sem referência legal conhecida.

*Era uma fragilidade estratégica: os legislativos sentiam pouca obrigação em fornecer fundos operacionais para reservas que não haviam criado. (Dean,2002:356)*

A administração dessas unidades de conservação era realizada, na maioria dos casos, pelos três níveis de governo através de uma abundância de órgãos. Para se ter uma idéia, somente no Estado de São Paulo, 14 órgãos estavam envolvidos com a conservação dessas unidades.

A dificuldade de ação criada pelas leis refletia-se no gerenciamento de tais áreas. Até 1990, somente 25% das

áreas de preservação, estabelecidas antes de 1981, haviam sido demarcadas, e a existência de algumas delas era duvidosa. Nesse período, muitas das unidades definidas como Área de Proteção Ambiental (APA), proibia-se meramente as atividades que os próprios moradores da zona de proteção tinham como indesejáveis. (Cf. Dean, 2002:356)

*Os órgãos responsáveis por essas áreas eram incapazes de apressar o passo. Os orçamentos de muitos deles não cresciam na proporção adequada, porque não contribuía diretamente com o desenvolvimento econômico. (Dean,2002:356)*

O emaranhado de órgãos e a infinidade de instrumentos legais não bastam para a conservação satisfatória dessas unidades. É preciso mais praticidade e menos palavreado.

## Capítulo III

### A Semente que não Cabe em Si

- As árvores, meu filho, não têm alma!  
E esta árvore me serve de empecilho...  
É preciso cortá-la, pois, meu filho,  
Para que eu tenha uma velhice calma!

- Meu pai, por que sua ira não se acalma?!  
Não vê que em tudo existe o mesmo brilho?!  
Deus pôs almas nos cedros... no junquilha...  
Esta árvore, meu pai, possui minh'alma...

- Disse - e ajoelhou-se, numa rogativa:  
'Não Mate a árvore, pai, para que eu viva!'  
E quando a árvore, olhando a pátria serra,

Caiu aos golpes do machado bronco,  
O moço triste se abraçou com o tronco  
E nunca mais se levantou da terra!

"A Árvore da Serra"  
Augusto dos Anjos

"A semente ensina a não caber em si" diz Arnaldo Antunes em sua canção *O Buraco*. A semente ensinou, a cidade a não caber em si. São Paulo cresce. Não florida, como seria agradável aos olhos. Cresce cinza. Cresce sem uniformidade. Incha pra todos os lados. Mas quais lados permitem essa gigante crescer?

Duas pontas. O sul, com toda sua possibilidade de vazio. Vazio não concreto. Vazio verde, sim. E o Norte. São Paulo precisa de um norte. Norte verde. As terras das águas. Os dois extremos.

A semente ensina, aos poucos, a cidade a deixar de ser narcísica. A ver no diferente ela mesma. De ver no

verde, na mata, na irregularidade, uma possibilidade. A potencialidade dela mesma.

O capítulo que se inicia parte da idéia de que só preserva aquele que destrói. Idéia simples, mas forte. Partimos da noção de desenvolvimento a qualquer custo para a conservação a todo custo.

Nas palavras de Alceo Magnanini reproduzidas por Dean, o vago termo "qualquer custo" acaba por justificar ações de extermínio dos recursos naturais:

*Essa mania de fazer-para-ver-o-que-acontece havia trazido prejuízos incalculáveis para a coletividade, embora fosse justificada como necessária 'a qualquer custo'. É com este 'qualquer custo' que estamos sendo onerados e que serão oneradas as futuras gerações" (Dean, 2002:377)*

No Brasil, o debate pioneiro sobre as relações entre a preservação da natureza e o desenvolvimento, a modernização e o crescimento das grandes cidades brasileiras, ocorreu em 1934, com a *Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza*, realizada na cidade do Rio de Janeiro. A discussão teve como destaque a crença na ciência como guia para as políticas de conservação do patrimônio natural brasileiro e na necessidade de um Estado forte como seu executor (Cf. Franco, 2002).

A Conferência baseava-se ainda na tradição do positivismo, filosofia que permeava as discussões sobre o

meio ambiente desde a época da Primeira República. Através da criação das Escolas Superiores Nacionais, intelectuais ligados ao governo tinham a preocupação latente de estudar cientificamente os recursos naturais, propiciando sua melhor utilização em prol do progresso.

Na mesma época, naturalistas estrangeiros se envolveram com os estudos naturais no Brasil, como o sueco Alberto Löfgren, que se dedicou profundamente às pesquisas sobre espécies vegetais da Mata Atlântica, tendo sido ele fundador do Horto Botânico<sup>46</sup>.

Com o pensamento conservacionista, esses estudiosos iniciaram uma linha de pesquisa (autônoma ou vinculada ao Estado) que enriqueceu de alguma forma os estudos gerais sobre os recursos naturais brasileiros, principalmente os que se referem à silvicultura e aos recursos hídricos.

A noção de desenvolvimento econômico no Brasil, durante séculos, sedimentou-se com base no discurso da prosperidade geral decorrente da modernidade, ao passo que os recursos naturais do país eram explorados à favor de uma

---

46 Horto Botânico é o antigo nome do Parque Estadual Alberto Löfgren. Podemos encontrar várias nomenclaturas referentes ao parque no decorrer dos anos: Parque Estadual Turístico da Cantareira, Parque Estadual da Capital, Horto Botânico da Cantareira e, o mais conhecido, Horto Florestal. Foi criado em 1896 para abrigar a nova sede do Horto Botânico da cidade, anteriormente localizado no Parque da Luz. Com uma área de 184ha, localiza-se na zona norte do município de São Paulo, ao lado do Parque Estadual da Cantareira. Na área do Horto Florestal encontram-se espécies vegetais exóticas (como o eucalipto e o pinheiro do brejo) e nativas (como o pau-brasil e o jatobá), além de espécies animais como o macaco-prego, o tucano e o gambá. Abriga o Palácio de Verão do Governo do Estado de São Paulo e o Museu Florestal Otávio Vecchi, além de sediar o Instituto Florestal do Estado de São Paulo. Mais informações ver SÃO PAULO (Estado). *O Instituto Florestal - SP - Origem e Evolução*. SP: IF, 1973.

riqueza momentânea, fugaz e para poucos privilegiados.

*Esses ciclos econômicos, como vieram a ser chamados, haviam sido encarados como inevitáveis, mas agora eram encarados como conseqüências de fatalismo, passividade e embuste colonial. O desenvolvimento foi imbuído dos valores positivos de independência e auto-realização. Enquanto sistema de crenças, era milenarista: o atraso se encerraria, o tradicionalismo daria lugar à modernização e a nação alcançaria o desenvolvimento, um patamar edênico. Em vez disso, desastrosamente, o desenvolvimento se revelou um alvo sempre fugidio. (Dean, 2002:281)*

Cada ato do governo era justificado pelo discurso envolvente de que o desenvolvimento estava intrinsecamente ligado à cidadania. Era mais que uma política governamental, pois significava um programa social de grande abrangência, ou seja, de erradicação da pobreza.

*Isto se mostrou uma quimera. Na realidade, a estratégia deliberante perseguida colocava o crescimento econômico no lugar da distribuição da riqueza. A maior parte dos ganhos do crescimento era outorgada àqueles no topo ou próximo da escala social, intensificando a concentração de renda. (Dean, 2002:281)*

A exploração destrutiva das florestas brasileiras pela ânsia por terras provocou um declínio acelerado de faixas significativas de florestas e seus recursos não-renováveis.

*Em grau significativo, a floresta era barganhada pelo desenvolvimento econômico - troca que poderia ser exibida como uma tacada brilhante apenas se se atribuísse à floresta um valor econômico insignificante, ignorando-se todos os outros valores. (Dean, 2002:281)*

A preocupação primordial do governo, durante muitas décadas, era o desenvolvimento econômico do país, tornando cada vez mais problemática a tarefa de proteger as florestas primárias remanescentes no Brasil. Para muitos tecnocratas do governo, as reservas sob proteção estadual e federal eram alternativas tentadoras como forma de recursos públicos, sendo mais baratos de explorar que os recursos privados, que tinham de ser alugados ou desapropriados.

Um discurso do ex-presidente José Sarney, quando ainda era senador, em 1972, nos mostra claramente a mentalidade desenvolvimentista dominante no meio governamental brasileiro:

*Que venha a poluição, desde que as fábricas venham com ela. (Dean, 2002:307)*

À medida que as áreas de floresta primária encolhiam de tamanho, o número de áreas de preservação aumentava. Companhias estatais (repartições de água, companhias de eletricidade, departamentos de estradas e institutos de desenvolvimento) competiam com órgãos governamentais pelos direitos sobre essas poucas áreas.



Esses órgãos governamentais rivais à preservação representavam um grupo de grande risco, pois seus objetivos quase nunca eram questionados e seus projetos facilmente financiados, apesar do potencial impacto ambiental que poderiam proporcionar. (Cf. Dean, 2002:358)

*A vergonhosa derrota, por todos os anos 50 e 60, dos ímpetos conservacionistas no seio do governo e em praticamente todos os confrontos com os interesses privados leva-nos a perguntar por que se faziam esforços nesse sentido. O ódio secular da vida selvagem, expresso pela maioria dos neo-europeus brasileiros, conjugado à disposição geral de saquear o patrimônio nacional em proveito privado, como se o país ainda fosse uma colônia e houvesse algum outro El Dorado em outras Índias para compensar quando nada de valor restasse dessa morada temporária, talvez sejam suficientes para explicar, em termos gerais, por que o governo fazia repetidos esforços retóricos para salvar seus remanescentes?(Dean, 2002:298-299)*

Uma nova consciência conservacionista entre os servidores públicos pode ser um dos motivos desses repetidos esforços desenvolvidos no âmbito estatal. O modelo importado de desenvolvimento empregado no país trazia consigo uma nova consciência, ainda que restrita a poucos cidadãos atentos, de que a conservação da natureza era uma atribuição de um Estado digno.

Porém, essa atitude não aconteceu de forma desprendida. A intenção do governo brasileiro era, no fim

das contas, mostrar aos investidores estrangeiros que o país caminhava rumo ao progresso de fato, espelhando-se nos países mais ricos, que mantinham políticas de conservação e políticas desenvolvimentistas efetivas.

Com isso, o aumento do quadro de servidores públicos que defendiam a causa da conservação foi significativo. Foram contratados especialistas em diversas áreas. Aos trancos e barrancos, estes foram capazes de melhorar a eficiência da exploração dos recursos naturais do Brasil, através de muitos estudos sobre solo, espécies vegetais, água, silvicultura, entre outros.

O trabalho de muitos servidores públicos na tarefa de conservação dos remanescentes aconteceu de forma bastante precisa. A tentativa de integração entre funcionários e público visitante foi uma das formas encontradas para se pensar a complexidade das unidades de conservação. No caso do Parque Estadual da Cantareira, o Plano de Manejo de 1988 já aponta um caminho de ação conjunta, exemplificado no Subprograma de Fiscalização (Cap. 2), que tem como um dos objetivos:

*Criar infraestrutura capacitada para a proteção e orientação dos visitantes e membros das comunidades circunvizinhas sobre a importância dos recursos naturais do Parque e a necessidade de preservá-los. (São Paulo, 1988:1)*

No ano de 2002, a direção do parque convocou a primeira reunião entre pesquisadores, representantes da sociedade civil, Ongs e de prefeituras dos municípios de Caieiras, Guarulhos, Mariporã e São Paulo para a discussão de vivências no âmbito do parque.

Conselho Consultivo foi constituído com a finalidade de discutir problemas e soluções junto as UCs. Questões como desmatamento, especulação imobiliária, incêndios, abastecimento de água, estradas, lixo, ocupação clandestina e visitação são alguns pontos debatidos nas reuniões desse conselho.

Bimestralmente, o Conselho Consultivo convoca a comunidade interessada nos assuntos específicos do parque, assim como da área do entorno.

As reuniões, apesar de serem abertas e marcadas com antecedência pela diretoria do parque, contam somente com representantes da sociedade civil, como moradores da circunvizinhança e representantes de Ongs que executam trabalhos que envolvem diretamente o parque e seu entorno como são os casos do Instituto Guatambu de Cultura, do Rome - Ecos da Vitória, da Associação Parque da Cantareira e da Congregação das Associações da Serra da Cantareira (CASC). As prefeituras, embora convidadas a participar, não encaminham nenhum representante para o Conselho Consultivo, sem apresentarem justificativas.

Um dos pontos mais discutidos nas reuniões envolve

a questão da expansão urbana, pois esta se constitui como foco de conflito em diversos sentidos: loteamentos, estradas, abastecimento de água, lixo, poluição, como veremos adiante.

## **1. Habitat**

Os problemas de moradia não se referem apenas aos loteamentos clandestinos, que se encontram em sua maior parte na região fronteira à área sul do parque, mas também aos condomínios de alto padrão, sítios e chácaras, que comprometem da mesma maneira a integridade da área.

O geógrafo Dimas Silva (2000) conclui – em seus estudos comparativos do uso e ocupação do solo no entorno do PEC, entre os anos de 1962-1994 – que as residências autoconstruídas (de baixo padrão) cresceram 1.000%, ou seja, de 83,65ha (0,53%) para 1.023,05ha (6,53%), em apenas 22 anos (1972-1994). Já os condomínios de alto padrão e chácaras residenciais<sup>47</sup> foram o grupo que mais ampliou sua ocupação territorial na região durante o período analisado, passando de 1.234,89ha (7,89%) para 2.720,70ha (17,37%), considerada a baixa densidade de ocupação do solo.

O autor acrescenta, ainda, que a perda de cobertura

---

47 Segundo o estudo de Silva (2000) os termos baixo, médio e alto padrão são associados ao uso residencial e representam uma primeira aproximação dos aspectos socioambientais da população do entorno do Parque Estadual da Cantareira. São avaliados, para a caracterização destes padrões: tipos das construções; densidade de ocupação; tamanho dos lotes e presença de quintais, jardins e ruas arborizadas.

vegetal nativa, nesse mesmo período, foi em média de 50ha por ano<sup>48</sup>, sendo que a face sul da Serra da Cantareira (São Paulo e Guarulhos) caracteriza-se por uma expansão urbana progressiva, mas sobre campos já descobertos de vegetação nativa.

Portanto, nessa faixa sul da área de entorno do parque, após o ano de 1962, a degradação vegetal não foi tão drástica como a observada na face norte.

A ocupação da face norte do Parque Estadual da Cantareira (Caieiras e Mairiporã) é caracterizada pela forte presença de condomínios de alto padrão e de chácaras residenciais, que são responsáveis pela "fragmentação e pelo desmatamento de parcelas significativas da cobertura florestal" (Silva, 2000).

Com a análise deste quadro, percebemos a importância de haver políticas de contenção ao avanço das cidades em direção à UC. Porém, o que presenciemos é a falta de políticas públicas municipais direcionadas para esse propósito. É o caso dos Planos Diretores, os quais mapeiam o território das cidades com a finalidade de disciplinar o uso e a ocupação do solo. Os únicos municípios, entre os estudados, que possuíam seus planos diretores eram São Paulo e Guarulhos.

Portanto, notamos que políticas municipais de

---

48 Em comparação com a Floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro, Silva (2000) aponta que a média de destruição da cobertura vegetal nativa é de 87ha por ano, ocasionada por ocupações desordenadas e incêndios florestais.

contenção ao avanço das cidades em direção ao Parque Estadual da Cantareira praticamente inexistem.

As construções na circunvizinhança do parque são liberadas somente após estudos de impacto sobre a área da UC. Um caso que mostra a eficiência da ação das leis sobre o embate entre desenvolvimento e conservação é referente ao *Condomínio Itaguaçu Cantareira*, da construtora Imobel, no Bairro Helisa Maria, ao sul do PEC.

Após concluídos o desmatamento da área, a divisão em lotes e o asfaltamento parcial do condomínio, alguns pesquisadores fizeram vistoria aérea na região devido a uma denúncia organizada da sociedade civil. Eles constataram que a construção traria danos à integridade do bioma e decidiram tomar a medida de barrar o licenciamento do condomínio, que compreende uma área de 727.807m<sup>2</sup>.

Desde 1998, a obra passa por processo de licenciamento junto ao Departamento de Impacto Ambiental (DAIA), órgão da Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental (CETESB). Sendo que, um dos pontos para a liberação do empreendimento está na destinação de parte da área para proteção ambiental. A área está sendo liberada aos poucos para o projeto de empreendimento, mas a partir dos ajustes às normas estabelecidas pelo licenciamento ambiental.

Para a instalação de qualquer empreendimento ou de atividade potencialmente poluidora ou degradadora do meio

ambiente, há a obrigatoriedade legal do licenciamento ambiental. Essa obrigação é compartilhada pelos órgãos estaduais e pelo IBAMA, como partes integrantes do SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente).

As principais diretrizes para os licenciamentos ambientais estão dispostas na Lei 6.938/81, que "dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências", e nas resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA de nº 001/86, que "dispõe sobre os critérios básicos e diretrizes gerais para o Relatório de Impacto Ambiental", e, o de nº 237/97, que "regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional de Meio Ambiente".

Na RMSP, especificamente nas áreas de mananciais, é a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB) o órgão do Governo do Estado de São Paulo encarregado dos licenciamentos ambientais. Por meio do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental (DAIA), analisa os estudos ambientais de empreendimentos potencial ou efetivamente causadores de impacto ambiental significativo.

Outro exemplo de atuação do Departamento Estadual de Avaliação de Impacto Ambiental (DAIA) é o estudo realizado junto ao Aeroporto de Guarulhos, no qual se analisa os possíveis impactos ambientais ocasionados pelo aeroporto ao PEC. Como Termo de Ajustamento de Conduta, a

direção do parque solicitou ao órgão um estudo detalhado sobre a área de conservação, isto é, uma revisão completa de seu Plano de Manejo.

A área do entorno que mais gera preocupação à direção do PEC localiza-se no extremo leste do parque, no município de Guarulhos. O crescimento de bairros caracterizados por casas autoconstruídas, como o Recreio São Jorge e Jardim Monte Alto, é frequentemente caracterizado como um tipo de "ocupação desordenada".

Mas, existe desordem urbana?

Segundo a urbanista Frasoise Choay, essa desordem caracteriza-se por uma ordem típica e própria do modelo de produção capitalista. Portanto, o que presenciamos é um tipo de ordem urbana, e não desordem. (Venturi in Carlos & Oliveira, 2004: 251).

Pelas palavras da própria autora:

*Recusam-se a considerar essa tara como inverso de uma ordem nova, de uma nova organização do espaço urbano promovida pela revolução industrial e pelo desenvolvimento da economia capitalista. Eles não imaginam que o desaparecimento de uma nova ordem urbana determinada implica o surgimento de uma nova ordem outra. É assim que foi levado avante com uma estranha inconseqüência o conceito de desordem. (Venturi in Carlos & Oliveira, 2004: 251)*

No entanto, as ocupações clandestinas e irregulares



representam a única forma de a população mais pobre conseguir moradia.

A participação popular, nesse caso sobrepõe-se à lei de Proteção aos Mananciais (Lei Estadual n.9.866/97) e ao Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257 de 10 de julho de 2001), que prevêem a proteção de áreas de mananciais.

Com a densa ocupação de áreas da Cantareira e das represas Billings e Guarapiranga, o poder público se rende às leis de mercado e à lógica da especulação imobiliária criando infra-estrutura básica como asfalto, escolas, postos de saúde, água encanada e energia para a população.

*a noção de vida, longe de ser supérflua e eliminável, deve ser reconhecida e refletida na sua realidade, na sua complexidade, na sua unidade e na sua multidimensionalidade. A vida comporta dimensão genética e dimensão fenomênica, mas também dimensão individual, por vezes dimensão sociológica, sempre dimensão ecológica. (Morin, 2002:506)*

Segundo Morin, a vida funciona como um circuito comunicativo entre *physis*, *bios* e *antropos*. Um circuito complexo entre a ordem e a desordem, mas numa imensa teia de relações complementares e opostas muitas vezes.

Deixando a biologia do conhecimento de Morin, partimos para a socioecologia, da qual fala Felix Guattari. Ele nos induz a pensar sobre três ecologias ou ecosofia: a do meio ambiente, a das relações sociais e a da

subjetividade humana. Para Guattari, analisar os fatos que envolvem a ecologia a partir desta ótica pode esclarecer muitas questões.

*O que está em questão é a maneira de viver daqui em diante sobre esse planeta, no contexto da aceleração das mutações tecno-científicas e do considerável crescimento demográfico. Em função do contínuo desenvolvimento do trabalho maquínico redobrado pela revolução informática, as forças produtivas vão tornar disponível uma quantidade cada vez maior de tempo de atividade humana potencial. Mas com que finalidade? (Guattari, 2002:8-9)*

Guattari questiona como levaremos a vida daqui por diante. Reinventaremos o modos de viver ou se continuaremos a seguir o caminho direcionado pelo crescimento econômico cruel? É partindo desse questionamento que o autor nos mostra como a relação homem-natureza-sociedade é fundamental para uma sociedade sadia, cujo futuro está ligado à ecologia:

*A ecologia ambiental, tal como existe hoje, não fez senão iniciar e prefigurar a ecologia generalizada que aqui preconizo e que terá por finalidade descentrar radicalmente as lutas sociais e as maneiras de assumir a própria psique. (Guattari, 2002:36)*

## 2. Artérias Asfálticas

Uma outra questão conflitante são os debates e decisões sobre as rodovias que cortam o perímetro do Parque Estadual da Cantareira. Quatro estradas cortam a área do parque, sendo que uma delas, a rodovia Fernão Dias (BR 381), é de grande porte. As estradas da Roseira, Santa Inês e a avenida Sezefredo Fagundes compõem a malha viária da zona norte de São Paulo que faz ligação com os municípios da face norte do parque.

A rodovia Fernão Dias (BR 381) foi inaugurada em 1961. Ela liga o município de São Paulo a Belo Horizonte (MG). Podemos notar que após a sua construção houve um crescimento do número de loteamentos de chácaras recreativas e de clubes de campo, estimulado pela facilidade de acesso à área.



Rodovia Fernão Dias

Na década de 90, tivemos as discussões sobre os problemas da duplicação da rodovia Fernão Dias (BR 381), já previstos no Plano de Manejo de 1974:

*Essas obras [...] requerem um tratamento especial dentro do manejo da Reserva da Cantareira, para as tarefas de conservação e possíveis ampliações. É o caso, por exemplo, da Rodovia Federal BR-381 (São Paulo - Belo Horizonte) que deverá ser duplicada, causando forte impacto na área, dada a necessidade de execução de cortes, aterros, abate de vegetação e desvio de cursos d'água.* (Negreiros, 1974:6)

As discussões sobre a duplicação da rodovia embasavam estudos de impacto ambiental e as soluções para o transporte viário no Estado.

Segundo o geógrafo Dimas Silva (2000), por consequência da malha viária da região, houve o desenvolvimento de um turismo suburbano na Serra da Cantareira, por ser esta uma região com belas paisagens e com clima serrano dentro da cidade. Reproduzindo as palavras de Aziz Ab'Saber, "os ricos já subiram a serra para ver a poluição da cidade de cima..."<sup>49</sup>

O trecho da obra de duplicação pertencente ao Estado de São Paulo ficou pronto no final da década de noventa. A estrada corta quatro quilômetros do parque e

---

49 Paulicéia em Debate - Arquitetura, 16/02/04, Universidade Mackenzie.

afeta a biota principalmente por interromper o corredor florestal. Com isso, muitos animais silvestres são mortos por atropelamentos. Não há contabilidade das mortes desse tipo.

Uma das saídas que os pesquisadores encontraram para a travessia dos animais de um lado para outro da rodovia é a construção de passagens subterrâneas. Porém, a construção não foi efetuada. Como corredor, os animais se utilizam da mata que cobre os túneis da rodovia e também das passarelas construídas para a travessia de pedestres ao longo da estrada.

A área do parque na rodovia Fernão Dias (BR 381) é protegida por alambrados, sendo estes sua única forma de proteção.

A fiscalização acontece periodicamente em dias não fixos. Algumas denúncias chegam à direção do parque, que por sua vez encaminha um fiscal à área para as vistorias.

Para a duplicação da rodovia Fernão Dias (BR 381), o Departamento de Estradas e Rodagens do Estado de São Paulo (DER), responsável pela obra, através do licenciamento ambiental obrigatório exigido pelo Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais (DEPRN), órgão vinculado à CETESB, estabeleceu junto ao Instituto Florestal e à Diretoria do PEC o repasse de uma gleba para gerenciamento do parque.

Essa gleba pertencerá à atual área da UC como

compensação de dano ambiental causado pela duplicação da Rodovia Fernão Dias (BR 381).<sup>50</sup> O aumento da área da UC será discutido mais adiante.

Atualmente, a maior discussão sobre obras viárias no Estado se refere ao projeto do Rodoanel Mário Covas. Trata-se de um anel rodoviário metropolitano fechado, de aproximadamente 162 km, que ligará as principais rodovias de acesso à metrópole.

O primeiro trecho, o oeste, interliga a rodovia Régis Bittencourt e a estrada velha de Campinas, em Perus, passando pelas rodovias Anhangüera, Bandeirantes, Castello Branco e Raposo Tavares, com 32 km (trecho já concluído).



Projeto Rodoanel Mário Covas

---

50 Ainda não tem data definida pra repasse.

O trecho sul ligará a rodovia Régis Bittencourt com a rodovia Anchieta (passando pela rodovia Imigrantes), tendo por volta de 40 km. Completam o circuito os trechos norte e leste. O trecho metropolitano envolve, além de São Paulo, mais 15 municípios. (Damiani *in* Carlos & Oliveira, 2004)

Segundo Damiani (2004), o Rodoanel, em São Paulo, com a proposta de interligar todas as regiões da metrópole, evidencia a reorganização potencial dos usos dos espaços.

*Diretamente, aparece como administração das condições de trânsito, propondo melhorias a partir de uma interligação externa às zonas mais povoadas e centrais da metrópole, que substitua as ligações viárias internas.* (Damiani, 2004)

A mobilização civil contra a construção do trecho norte do Rodoanel Mário Covas se ampliou, abrangendo uma numerosa parte da população de São Paulo. Dessa forma, as intervenções do Rodoanel passaram a ser um problema da metrópole e não só dos bairros que margeiam a rodovia.

A partir da década de 80, o movimento ambientalista se tornou mais político, não ainda um movimento de massa. As classes mais abastadas foram o grupo que lideraram, pelo menos de início, as manifestações em prol do meio ambiente no emaranhado de políticas desenvolvimentistas.

A principal reivindicação desse novo grupo de

contestação era a qualidade de vida nas grandes metrópoles, tendo a poluição como mote de discussão. Percebeu-se que a poluição ambiental representava uma transferência de custos dos grandes proprietários de capital para a sociedade em geral.

*Os movimentos ecológicos atuais têm certamente muitos méritos, mas, penso que na verdade, a questão ecosófica global é importante demais para ser deixada a algumas de suas correntes arcaizantes e folclorizantes, que às vezes optam deliberadamente por recusar todo e qualquer engajamento político em grande escala. A conotação da ecologia deveria deixar de ser vinculada à imagem de uma pequena minoria de amantes da natureza ou de especialistas diplomados. Ela põe em causa o conjunto da subjetividade e das formações de poder capitalísticos. (Guattari, 2002:36)*

O conceito de ecosofia proposto por Felix Guattari repousa na idéia de integração entre psique, coletividade e meio ambiente. Ele propõe uma ecologia holística que integre de fato o homem, a sociedade e a natureza, sendo que um dos caminhos para tal meta é justamente o envolvimento da sociedade com temáticas ecológicas, através dos movimentos ambientalistas.

Os movimentos civis na região da Serra da Cantareira existem há pelo menos 20 anos. Em 1986, o então prefeito de São Paulo Jânio Quadros, pleiteou junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) empréstimos



externos para realizar obras de saneamento básico do córrego do Tremembé (face sul do PEC).

No entanto, o Conselho Comunitário da Região Administrativa de Santana-Tucuruvi, em parceria com moradores da região e Ongs brasileiras e estrangeiras, conseguiu que o BID encaminhasse três técnicos para São Paulo a fim de analisar o projeto mais detalhadamente.

Em 1989, os técnicos, em audiência pública, concluíram que o empréstimo solicitado não destinaria ao saneamento básico, mas sim, a uma obra viária urbana que previa a canalização subterrânea do córrego, resultando na impermeabilização do solo do fundo do vale do Tremembé. A verba foi bloqueada imediatamente e o projeto arquivado. ([www.jornaldaserra.com.br](http://www.jornaldaserra.com.br), 15/01/06)

A Via Perimetral Metropolitana, outro projeto do Governo do Estado de São Paulo, foi barrado em 1989 pela pressão da sociedade civil. O projeto previa o corte de vegetação da área do Horto Florestal e a desapropriação de grande número de imóveis, além de causar danos ambientais incalculáveis. O governo buscou junto ao Banco Mundial (BIRD) um empréstimo para a realização da obra. Este, por sua vez, encaminhou técnicos para a análise do projeto e concluiu que a obra era irregular, barrando o processo.

Em 1995, depois do início da campanha do Rodoanel pelo Governo do Estado de São Paulo, associações civis e Ongs iniciaram uma campanha para o tombamento da região da

Cantareira junto à Unesco. Mais de 150.000 assinaturas foram coletadas e a região recebeu o título de Reserva da Biosfera.

No dia 1 de setembro de 2002, lideranças comunitárias da região participaram de um encontro com o governador do Estado de São Paulo para discutir o projeto Rodoanel trecho norte.



**INFORMATIVO**  
**S.O.S. cantareira**

# A Serra pede socorro!

## COMPAREÇA AO MANIFESTO POPULAR

**DIA 31 DE AGOSTO DE 2002 - INÍCIO 9:00 HS**

Escolha seu ponto de concentração:

- A - Mamede  
Mc Donald's
- B - Posto Shell  
Gruta
- C - Praça D<sup>a</sup>.  
Mariquinha Sciascia
- D - Horto Florestal

**Leve seus amigos e sua família**

Final da caminhada:  
**Horto Florestal**

**VALE DOS LAGOS**  
Sítio para festas  
Eventos em geral  
☎ 6204-6204 / 4485-4244

**S.O.S. CANTAREIRA - A SERRA PEDE SOCORRO**

**TRAJETO DO MANIFESTO**  
DIA 31/08/02  
9:00 HS



**PONTOS DE ENCONTRO**  
A - MAMEDE / MC DONALD'S  
B - POSTO SHELL - GRUTA  
C - PRAÇA MARIQUINHA SCIASCIA  
D - HORTO (Final)

Para maiores informações consulte o site: [www.soscantareira.hpg.com.br](http://www.soscantareira.hpg.com.br)



Convocação para ato público contra a construção do Rodoanel trecho norte.

## **SERRA DA CANTAREIRA AMEAÇADA!**

*Este é um patrimônio da humanidade, qualquer pessoa pode e tem obrigação de defendê-lo*

### **MANIFESTE-SE !**

A proposta de alternativa do RODOANEL (Sistema Viário Metropolitano de Interligação das Principais Rodovias do Estado), apresentado pelo DERSA irá passar pelo único ecossistema urbano tombado pela UNESCO como Patrimônio da Biosfera no mundo com prejuízo imensurável a fauna que abriga diversas espécies em extinção e flora da Mata Atlântica.

A divisão da Serra pela passagem da rodovia causará um dos maiores impactos ambientais da história nesta região, além de colocar em risco todo o sistema de fornecimento de água para a região metropolitana (hoje responsável por 60% do seu abastecimento).

A Segurança de seus moradores será comprometida com o estímulo natural que este tipo de obra fomenta, trazendo a ocupação desordenada somado ao crescimento demográfico assustador (o maior registrado pelo IBGE foi nesta região).

Poluição do ar, sonora, do solo, das águas subterrâneas ou superficiais, resultante do tráfico previsto, principalmente de cargas perigosas, com conseqüências alarmantes para o sistema de abastecimento de água.

Desvalorização imobiliária face a alteração e descaracterização do Patrimônio Ambiental, Arqueológico e Histórico-Cultural da Serra da Cantareira.

Áreas afetadas diretamente pelo traçado:

Estrada de Santa Inês, Captação da Sabesp, Campo de Futebol, Sausalito, Pedreira Concremix, Parque Cerros Verde, Estrada da Roseira, Parque Lagoa do Barreiro, Pedreira Cantareira, Jardim Esperança, Vila Popular, Estância Santo Antônio, Recanto Céu Azul, Loteamento Fazenda Tocantins, Estrada do Capim Branco, Sertão Grande da Serra, Reservatório do Tanque em direção à Guarulhos.

Na véspera, foi organizado o primeiro ato de manifestação pública na região, com a presença de mais de 1.000 pessoas. Uma passeata do bairro do Tremembé até o Parque Estadual Alberto Loeffgren (Horto Florestal) marcou o ato.



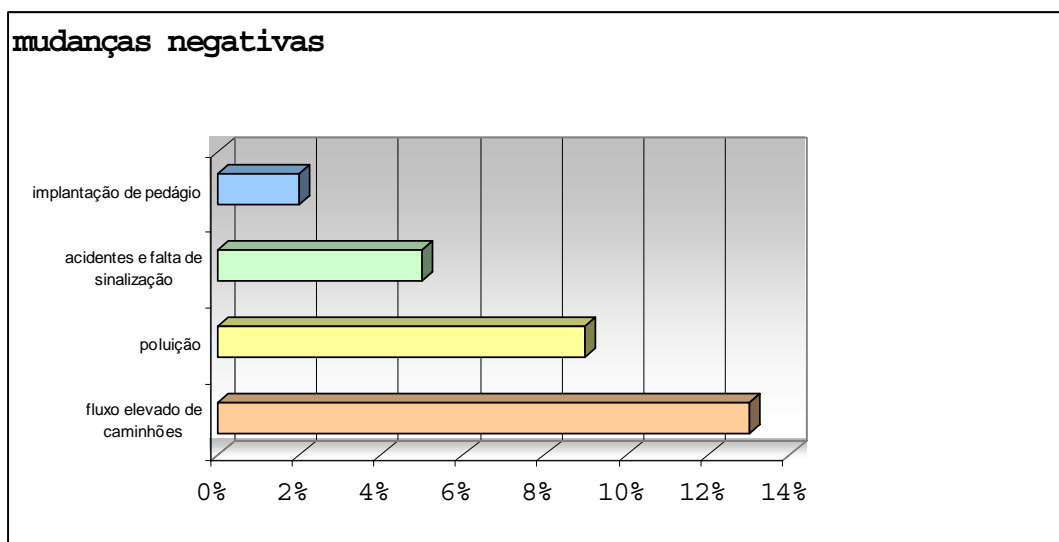
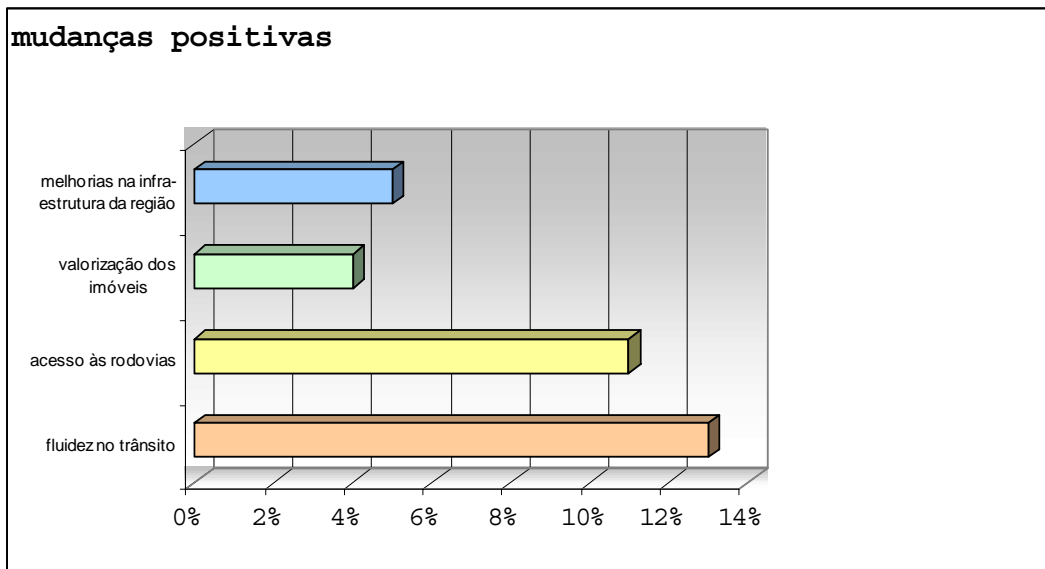
Passeata contra a construção do trecho norte do Rodoanel, 2002.

Os principais argumentos contrários à construção da obra embasam-se na questão de impacto ambiental, nas conseqüências sociais e no colapso do abastecimento de água. Sobre esses pontos, Ongs estão empenhadas em analisar cuidadosamente os pareceres e os processos da obra viária. Entre essas organizações estão o Instituto Socioambiental (ISA), a Fundação SOS Mata Atlântica e o Instituto Pólis.<sup>51</sup>

Segundo pesquisa IBOPE encomendada pelo Governo do Estado de São Paulo, os aspectos negativos e positivos da obra são:

---

<sup>51</sup>Informações e boletins no site do Instituto Socioambiental - [www.socioambiental.org.br](http://www.socioambiental.org.br) .



A pesquisa foi feita com 1.100 entrevistados entre moradores da RMSP, moradores da Zona Oeste de São Paulo (vizinhos ao trecho Oeste do Rodoanel) e usuários, no mês de junho de 2002.

Esta pesquisa nos indica o impacto da obra já constatada pela população vizinha apesar do pouco tempo de liberação de tráfego. Os pontos negativos apontados, como poluição e o fluxo elevado de caminhões, nos direciona para

os questionamentos da sociedade civil e das Ongs sobre a viabilidade da obra.

A valorização e desvalorização do espaço, ocasionadas pela construção do Rodoanel, são discutidas por Damiani (2004):

*O espaço aparece como um puro bem financeiro, imerso no movimento do capital como uma corrente de valor, que envolve toda a ordem de especulações com a terra.[...] Apenas acessando a Internet, em sites relativos ao Rodoanel, sabe-se dos novos negócios sugeridos por este grande anel, inclusive, um fundo imobiliário foi lançado na Bolsa de Valores de São Paulo, pela primeira vez, envolvendo investimentos externos e tendo como lastro das futuras ações e papéis o patrimônio referente à aquisição [...] O processo de valorização potencial das áreas adquiridas dá garantia de elevação da rentabilidade aos cotistas.*  
(Damiani in Carlos & Oliveira, 2004)

O caso do trecho norte do anel viário é um dos mais problemáticos do projeto, pois tem a intenção de cortar o perímetro de uma área de manancial e de uma unidade de conservação com essencial importância para a conservação da biodiversidade<sup>52</sup>, afetando a integridade da área.

O corte de uma área de conservação de importância como o PEC causa danos incalculáveis à conservação do

---

52 Segundo Aziz Ab'Saber, a Serra da Cantareira é a fonte de todas as serrinhas e de toda a biodiversidade da Região Metropolitana de São Paulo, tendo o melhor clima, solo, água e biota. (Informação retirada de entrevista com o estudioso, em 19/03/04, no IEA-USP).

trecho de remanescente de floresta. Por se tratar de uma ilha de mata densa no contexto da RMSP e que não mantém relação com nenhuma outra gleba de vegetação nativa considerável, ou seja, por não haver condições para o estabelecimento de um corredor ecológico, a área acaba por se tornar auto-suficiente em diversos aspectos.

Esse dado não é favorável. Os animais silvestres, por exemplo, que necessitam de amplo espaço para sobreviver (reprodução, busca por alimentos etc.), sofrem com a limitação da área, ainda mais quando ocorrem cortes significativos na UC, como as rodovias.

Até a finalização dessa pesquisa, o processo de construção do Rodoanel trecho norte encontrava-se paralisado. As discussões acerca da continuidade da obra se referem ao trecho sul do projeto, que compreende duas das maiores represas de São Paulo: Guarapiranga e Billings.

### **3. Enxurrada**

*As águas é que são felizes...*

André Abujamra e Sérgio Bartolo

A área que integra o Sistema Cantareira de Águas foi destinada à conservação através do Decreto-lei n.10.111/98, sendo determinada Área de Proteção Ambiental (APA) desde então.

Com o início da construção em 1966 e seu

funcionamento completo em 1973, o sistema passou a ser responsável por 51% do abastecimento de água da RMSP. Composto por 6 reservatórios entre o sul do Estado de Minas Gerais e a zona norte da capital paulista, constitui o maior sistema produtor.

Para a captação da água do sul de Minas Gerais, o governo federal, através do Ministério de Minas e Energia, assinou uma outorga que permitia a retirada de até 31 mil litros de água por segundo com a intenção de garantir o abastecimento da RMSP.

O Sistema Cantareira capta água dos rios Jaguari, Jacareí, Cachoeira, Aibainha e Juqueri, totalizando uma produção de 33 mil litros de água por segundo. As zonas norte, central e parte da oeste são abastecidas por ele, além dos municípios de Franco da Rocha, Francisco Morato, Caieiras, Guarulhos (parte), Osasco, Carapicuíba, Barueri (parte), Taboão da Serra (parte), Santo André (parte) e São Caetano do Sul.



Represa do Engordador



A partir de 2001, por conta da estiagem, o nível de água dos reservatórios caiu a níveis alarmantes, chegando muitas vezes a menos de 10% da capacidade total, com a possibilidade de haver racionamento. A Sabesp, então, iniciou um trabalho de conscientização ambiental e uso racional da água, que contou com a colaboração da grande imprensa.

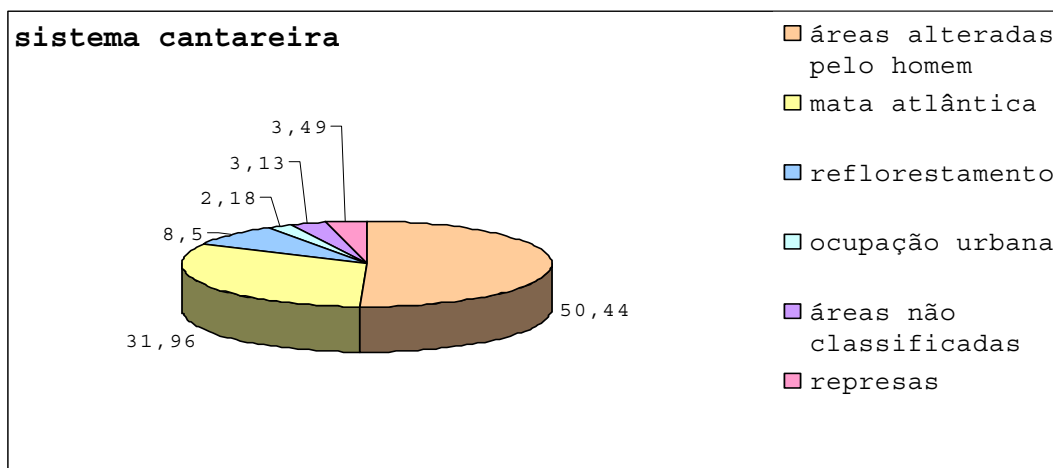


Campanha da Sabesp para o uso da água

O Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), a Agência Nacional de Águas (ANA), o comitê e o consórcio das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, juntamente com a Sabesp, iniciaram um trabalho conjunto de recuperação da mata ciliar e de uso racional da água.

Segundo o relatório preliminar do Diagnóstico Socioambiental Participativo do Sistema Cantareira,

organizado pelo Instituto Socioambiental (ISA), 50,44% da área do entorno do Sistema Cantareira já sofreu alguma alteração antrópica. Como mostra o gráfico abaixo:



O estudo nos indica que as leis que regulamentam as áreas de mananciais nem sempre são seguidas, sendo que, na maioria dos casos as leis dos empreendedores imobiliários são mais fortes. A Lei de Proteção aos Mananciais e o Código Florestal de 1965 são a base legal para a conservação da mata ciliar.

Durante muitos anos, parecia bastante claro que a escassez de água enfrentada pela RMSF era de exclusiva dos grandes empreendimentos do setor, que pleiteavam a construção de aquedutos bilionários que brilhavam aos olhos das grandes incorporações e que faziam os ambientalistas perderem sono. A maior proteção e a ampliação dos mananciais, a melhor manutenção de sua rede ou a indução de métodos de conservação e uso racional da água tampouco eram mencionados.



Mapa do complexo do Sistema Cantareira de Águas.

Apesar de o Parque Estadual da Cantareira fazer parte da área do Sistema Cantareira de Águas, ele não representa sua área total. No entanto, a UC representa uma importante área para a preservação das águas da região.

#### 4. Contraponto

Apesar de esse estudo mostrar que as políticas públicas que incentivam o crescimento da cidade atuam de forma moldável aos interesses econômicos, percebemos que políticas ambientais estão sendo cumpridas em parte. Esse fato se dá, sem dúvida, devido à atuação e à mobilização da sociedade civil, ao trabalho de Ongs e de setores

governamentais empenhados na conservação da biodiversidade paulista.

Um dos exemplos de trabalho conjunto é o resultado verificado no Parque Estadual da Cantareira, que, apesar das pressões, teve um aumento significativo em sua área de conservação.

Segundo o Plano de Manejo para o Parque Estadual da Cantareira, do ano de 1974, a área do parque consistia no total de 5.600ha.

Após a construção do reservatório de águas Guaraú, na década de 70, localizado no extremo sul do parque, a Sabesp transferiu uma área de aproximadamente 2.316ha como permuta, como contrapartida pela utilização e pela possibilidade de impacto sobre a UC. Essa área situa-se no extremo leste do parque, no município de Guarulhos.

Portanto, notamos que a área do Parque Estadual da Cantareira cresceu desde a sua criação de 5.600ha para 7.916,52ha.

Não podemos deixar de atentar para o fato de a conservação ter o princípio legitimador de "segurança nacional". Ou seja, os militares, no período da ditadura militar brasileira, concebiam as florestas como garantia de "integridade territorial" do Brasil. (Cf. Dean, 2002:303)

Outra gleba está sendo negociada através da parceria com a DER. Após a duplicação da rodovia Fernão Dias (BR 381), na década de 90, uma faixa de terras

pertencentes à família Andraus está sendo negociada para integrar a área de conservação.

Essa gleba é um pequeno trecho na região do Núcleo Águas Claras. Isto quer dizer que, num futuro próximo, a área do PEC aumentará ainda mais seu tamanho.

Portanto, apesar de presenciarmos o avanço das cidades em direção ao parque, a área deste não diminuiu, pelo contrário. Uma situação paradoxal na qual a cidade cresce e, com isso, faz com que o parque também cresça.

Não podemos, entretanto, classificar este fenômeno como um exemplo otimista, tendo em vista a realidade ambiental da metrópole. Exemplos de destruição dos recursos naturais são verificados com mais frequência do que os exemplos de preservação. São os contrastes urbanos.

E, além do mais, a área do parque somente cresceu devido às pressões impostas pelo crescimento das cidades. Se por um lado, ganhou território, por outro, perdeu em integridade ambiental devido às pressões das rodovias, da rede de transmissão e do avanço imobiliário em direção à UC, por exemplo.

A saída satisfatória encontrada para a preservação da biodiversidade em unidades de conservação, situadas dentro ou próximo a grandes centros urbanos, é o estabelecimento de reservas particulares ou públicas: Áreas de Proteção Ambiental (APAs), Reservas Particulares (RPPNs), Hortos Florestais, entre outros. Portanto,

reservas das reservas.

As categorias de UCs encontradas no município de São Paulo que contém vegetação nativa são demonstradas na tabela abaixo:

Categorias	Nº total de UCs	UCs com vegetação nativa
Parque Municipal	31	13
Parque Estadual	7	5
Parque Ecológico Estadual	2	1
Reserva Municipal	1	1
APA Municipal	1	1
APA Estadual	3	3
RPPN	1	1
APRM	4	4
Terra Indígena	4	s/d
Área Natural	12	7
<b>Total no MSP</b>	<b>66</b>	<b>36*</b>

s/d = sem dados; (\*) dados parciais; Fonte: IF; SMA (1998 / 2000) SVMA / Sempla (2002); Depave; IPT.

O quadro mostra as unidades de conservação e áreas correlatas sob administração estadual situadas no município de São Paulo: o Parque Estadual da Cantareira, Parque Alberto Loeffgren, Parque do Jaraguá, Parque Ecológico do Tietê, APA Várzea do Rio Tietê, APA Mata do Iguatemi, APA Parque e Fazenda do Carmo, Parque das Fontes do Ipiranga, Parque Ecológico do Guarapiranga, Parque Villa Lobos e Parque da Serra do Mar (núcleo Curucutu).

O Parque Estadual da Cantareira é, entre as 66 unidades de conservação, a de maior área situada no município de São Paulo.



O caráter de Parque Estadual se difere das demais designações que podemos encontrar hoje. A terminologia "parque" nos direciona a diversos sentidos, como: bairros, condomínios fechados, parques urbanos municipais, parques de diversões.

Os mais comuns na RMSP são os parques públicos urbanos, criados e gerenciados pelos municípios. Suas características se diferem dos parques estaduais, como o Parque Estadual da Cantareira, pois oferecem atividades de lazer ativo e recreação maciça em amplos espaços abertos.

Os parques criados como unidades de conservação estaduais seguem o artigo 5º do Código Florestal (Lei Federal n.4771/65), que tem a finalidade de conciliar a proteção da natureza com atividades passivas de lazer.

O PEC possui atualmente 90,5km de perímetro e diversos tipos de utilização do solo em seu entorno. O que vemos é que a cidade de São Paulo avança para a região norte fazendo com que o processo de desmatamento da encosta do parque seja muito intenso. As zonas-tampões quase não existem mais, causando assim uma preocupação latente dos envolvidos na conservação do Parque Estadual da Cantareira.

No entanto, a área do parque não sofre com ocupações clandestinas. Os problemas mais graves são observados na área do entorno e não na área específica do parque. Mas, como dito anteriormente, o entorno interfere



na conservação de áreas naturais.

Há uma urgência construída nos muitos anos de incentivo ao desenvolvimento econômico da Brasil: a imediata conservação dos remanescentes de Mata Atlântica. Existem muitos motivos para promover essa medida urgente, mas concluiremos com apenas um: Essa parte tão pequena da floresta na imensidão da RMSP, além de muitos outros atributos, é simplesmente um monumento histórico.

## Considerações Finais

Uma nova consciência ambiental se movimenta em toda as redes de relações, deixando claro que é preciso reverter os pensamentos, como ventos que sopram invertidos.

Neste trabalho notamos que a idéia de desenvolvimento, criada pela sociedade capitalista, começa a ser questionada. A questão crucial da atualidade é manejar. É entender o funcionamento da biosfera e adaptar modelos de desenvolvimento menos agressivos ao ambiente. A noção de sobreposição á lugar à noção de relação. Sustentabilidade.

Esta pesquisa percorreu vários caminhos mas seguindo um norte: a relação entre desenvolvimento e conservação. Este norte, num norte: a relação entre os municípios da zona norte da RMSP e o Parque Estadual da Cantareira.

Com uma história de mais de 100 anos, esta área de conservação e a sua ligação com a metrópole, através do caminho de ferro e depois pelo caminho das águas, estabeleceram contatos bastante fortes marcadas pela relação entre a cidade e a natureza. Relação entre o ser humano e seu meio. Relação que se movimenta ao longo dos anos impulsionada pelas experiências vividas por seus habitantes. *Homo-sapiens*, é dito.

A criação de uma unidade de conservação é de

essencial importância na atualidade. Demarcar, antropicamente, uma área para conter o avanço, antrópico, sobre ela. Será que não é preciso estabelecer novos modelos de viver?

Chegamos a um momento em que criamos reservas das reservas. Zonas-tampões que são umas das únicas alternativas viáveis para a conservação da integridade das unidades de conservação. As políticas de incentivo ao crescimento competem com a legislação ambiental vigente.

Mas, para que e para quem se destina a preservação de uma área?

Vimos que as premissas para o estabelecimento de tais áreas se modificam ao longo dos anos. Se antes, a destinação de uma área para preservação se dava sob o argumento básico da herança paisagística e da contemplação estética, hoje se fala na salvaguarda de bancos genéticos.

Os responsáveis por tais atos também foram adaptados ao tempo. O que antes era encargo da elite política da sociedade brasileira se transferiu a toda sociedade interessada na conservação da natureza. Desta, nascem os movimentos que pressionam o poder público a garantir o mínimo de qualidade de vida nas cidades.

Todas as classes, cada qual com seu potencial de defesa, argumentam em prol de um desenvolvimento mais lúcido e racional.

Cria-se, na atualidade, um contra-movimento

efetivo que, aos trancos e barrancos, muda a consciência bruta de crescimento a qualquer custo, para a consciência sensata de conservação a todo custo.

A simpatia de diversas classes da sociedade brasileira com relação às lutas pela defesa do meio ambiente no Brasil não aconteceu de uma hora para outra. Vimos que movimentos foram criados ao longo dos anos, tanto governamentais quanto civis, em prol da conservação de remanescentes de florestas. Claro que os interesses são muitas vezes ambíguos e nebulosos.

Porém, o crucial é o que será feito nos próximos anos. O pouco que resta de Mata Atlântica, por exemplo, nos direciona para uma urgência: não é possível usar esses poucos territórios de floresta primária para experiências em "desenvolvimento sustentável". Discursos como estes soam como jargões chulos para uma população alienada.

A motivação deve ser desprendida de interesses políticos e econômicos e atender a todos os níveis da sociedade. O Estado brasileiro deve, através de sua obrigação de punir os infratores, fazer a rica lei ambiental do país sair do papel. À ação, ao invés do contorcionismo.

O Brasil, sendo o país mais rico em biodiversidade global e com a mais rica legislação ambiental do mundo, ainda caminha a passos bastante curtos para o efetivo cumprimento dessas leis.

Com base - percebam que o discurso pode ter mudado, mas a concretização dele nem tanto - nas leis de mercado, não oficiais, mas fortes o bastante para obscurecer as leis ambientais, o crescimento das grandes metrópoles continua a impor grande desafio de se manter áreas de preservação como o PEC.

Múltiplas interferências devido ao avanço demográfico da RMSP são verificadas ao longo dos anos. O que notamos é que, apesar do crescimento intenso em direção ao PEC, sua área cresceu de tamanho devido a esse processo.

Isso não quer dizer que podemos classificar este acontecimento como um exemplo de sucesso. Mas, também, não podemos negar a importância do fato.

Se, por um lado, o crescimento da RMSP trouxe ao PEC interferências diversas à sua integridade, por outro, destinou uma maior área verde preservada segundo a legislação ambiental vigente.

A cidade morde, mas assopra.

## FONTES

BRASIL. Plano do Sistema Nacional de Unidade de Conservação do Brasil - I Etapa. Brasília: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal / Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, 1979.

\_\_\_\_\_. Código Florestal de 1934.

\_\_\_\_\_. Código Florestal de 1965.

\_\_\_\_\_. Resolução CONAMA n.13 de 6 de Dezembro de 1990.

\_\_\_\_\_. Sistema Nacional de UC do Brasil - II Etapa. Brasília: Ministério da Agricultura / Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal / Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza. Ed. Gráfica Brasileira, 1982.

\_\_\_\_\_. Sistema Nacional de Unidade de Conservação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos recursos naturais renováveis - IBAMA. Fundação para a Conservação da Natureza - FUNATURA, 1989.

\_\_\_\_\_. *SNUC: Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Texto da Lei 9985 de 18 de julho de 2000 e vetos da Presidência da República ao PL aprovado pelo Congresso Nacional.* Caderno 18.

NEGREIROS, O.C. et al. *Plano de Manejo para o Parque Estadual da Cantareira.* SP: Secretaria Estadual de Agricultura / IF, 1973. Boletim técnico n.10.

SÃO PAULO (Estado). *Contribuição do Estado de São Paulo para a Proteção legal da Biodiversidade no Brasil através de áreas protegidas.* SP: Instituto Florestal, 1995. Série Registros n.13.

\_\_\_\_\_. (Estado). Lei Estadual n.6884 de 29 de agosto de 1962.

- \_\_\_\_\_ (Estado). Decreto-Lei n. 4.626 de 30 de janeiro de 1963.
- \_\_\_\_\_, Resolução n.18 de agosto de 1983.
- \_\_\_\_\_, Conselho Estadual do Meio Ambiente (org.). *Áreas Naturais do estado de São Paulo*. SP: Governo do Estado. S.d.
- \_\_\_\_\_ (Estado). *Diretrizes para a Política Ambiental do Estado de São Paulo*. SP: SMA, 1993. Série Documentos.
- \_\_\_\_\_ (Estado). Núcleo Pedra Grande. SP: SMA / IF, 1998. Série Áreas Naturais. N.2.
- SÃO PAULO (Estado). O Guardião da Biodiversidade. SP: SMA / IF, 1998. Série Áreas Naturais.
- \_\_\_\_\_ (Estado). Parque Estadual Alberto Loefgren (Horto Florestal). SP: SMA / IF, 1998. Série Áreas Naturais. N.3.
- \_\_\_\_\_ (Estado). *Parque Estadual da Cantareira: Informações Gerais para Reportagens e Pesquisas*. SP:SEMA/IF
- \_\_\_\_\_ (Estado). *Programa de Manejo do Parque Estadual da Cantareira*. SP: IF, 1988.
- \_\_\_\_\_ (Estado). *Parque Estadual da Cantareira: Informações Gerais para reportagens e pesquisas*. SP: SEMA: IF, s/d.
- \_\_\_\_\_ (Estado). *Inventário florestal da vegetação natural do estado de São Paulo*. SP: Secretaria do Meio Ambiente - Instituto Florestal - Imprensa Oficial, 2005
- \_\_\_\_\_ (Município). *GEO cidade de São Paulo - Panorama do Meio Ambiente urbano*. SP: Prefeitura do Município de São Paulo - Secretaria Municipal de Verde e do Meio Ambiente. Brasília:PNUMA, 2004.
- \_\_\_\_\_ (Município). *Atlas Ambiental do Município de São Paulo - O verde, o Território, o Ser Humano*. SP: SVMA, 2004.

\_\_\_\_\_(Município). *Avaliação preliminar da ocupação clandestina nas proximidades da Serra da Cantareira - Zona Norte (Relatório)*. SP: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente / Departamento de controle da Qualidade Ambiental, 1999.

UNESCO. Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo de 09 de junho de 1994.

## **Bibliografia**

AB'SABER, Aziz. "A sociedade Urbano-Industrial e o metabolismo urbano". In: *Ciências da Terra para (inter)ações no planeta*. CAMPOS, Heraldo e CHASSOT, Attico. SP: Ed. Unisinos, 1999.

AB'SABER, Aziz. "O complexo controle ambiental em SP" in. SALUM, Carlos A. L. (org). *Ecologia: A qualidade da Vida*. SP: SESC, 1993.

AB'SABER, Aziz. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. SP: Ateliê Editorial, 2003.

BRITO, Maria C. W. de. *Unidades de Conservação: Intenções e resultados*. In VEIGA, J.E.da (org). *Ciência ambiental: Primeiros Mestrados*. SP: Annablume, 1998.

BRITO, Maria C.W. *Unidades de Conservação: Intenções e Resultados*. SP: PROCAM-USP, 1995. Dissertação de Mestrado.

BRITO, Maria C.W. *Unidades de Conservação: Intenções e Resultados*. SP: Annablume / Fapesp, 2003.

CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*. SP: Ed.34, 2001.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Geografias dos mitos brasileiros*. SP: Ed. Global, 2002.

\_\_\_\_\_. *Dicionário do folclore brasileiro*. SP: Ed. Global, 2002.



- CARLOS, A.; OLIVEIRA, A. (orgs). *Geografias de São Paulo*. SP:Contexto, 2004. Vol.1 e 2.
- CESAR, S.F. *Pressões urbanas sobre áreas silvestres: Reserva da Cantareira - Um exemplo*. SP: Silvicultura, 1978. vol.2, n.14.
- CUNHA, S.B. da; GUERRA, A. (Orgs). *A Questão Ambiental: diferentes abordagens*. RJ: Bertrand Brasil, 2003.
- DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. SP: Cia das Letras, 1996.
- FONSECA, F. *Equipamento do Engordador: Testemunho Arqueológico Industrial da Capitação de Água na Cidade de São Paulo*. SP:FFLCH/USP, 2003. Dissertação de Mestrado.
- FOREST, Malcolm; VICTOR, Mauro. *Cantareira: Patrimônio Arquitetônico e natural*. SP: Imprensa Oficial, 2000.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. RJ: Graal, 2002.
- FRANCO, J. *Proteção à Natureza e Identidade Nacional: 1930 - 1940*. DF: Universidade Federal de Brasília, 2002. Tese de Doutorado em História Social das Idéias.
- GASPARI, Élio. *A ditadura escancarada*. SP: Companhia das Letras, 2002.
- GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. Campinas: Papyrus, 2002.
- GUILLAUMON, João Régis. *Mudança no pólo econômico do Nordeste para o Sudeste no Brasil e a destruição da Floresta. - Mata Atlântica*. SP: Instituto Florestal, 1989. Revista do IF, n.2.
- HERRERA, Guillermo Castro. "História Ambiental (feita) na América Latina. In *Varia História*. N. 26.
- JACOBI, P. *Cidade e Meio Ambiente: percepção e prática em São Paulo*. SP: Anablumme, 1999.
- LOWY, Michael. *Ecologia e Socialismo*. SP: Cortez, 2005.
- MORIN, Edgar. *O Método 2: A vida da vida*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

- NEDER, Ricardo T. *Crise Socioambiental: Estado e Sociedade Civil no Brasil (1982-1998)*. SP: Annablume, 2002
- PALHARES-BURKE, Maria Lúcia G. *As Muitas Faces da História: nove entrevistas*. SP: Ed. Unesp, 2000.
- SANT'ANA, Denise B. *São Paulo das Águas*. SP: PUC-SP, 2004. Tese de livre-docência.
- SILVA, Dimas A. *Evolução do uso e ocupação da terra no entorno dos Parques Estaduais da Cantareira e Alberto Lofgren e impactos ambientais decorrentes do crescimento metropolitano*. SP: FFLCH/USP, 2000. Dissertação de Mestrado.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. SP: Cia das Letras, 1988.
- VICTOR, Mauro. *A devastação Florestal*. SP: Sociedade Brasileira de Silvicultura, 1975.
- WORSTER, D. "Transformações da Terra: para uma perspectiva agroecológica na história" in *Ambiente & Sociedade*. Campinas: Unicamp, 2003.
- [www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br). Informações dos municípios paulistas.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)